

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

JOÃO GABRIEL MARINHO DE OLIVEIRA

**MOVIMENTOS DE MORADIA COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE
CIDADANIA**

SÃO PAULO

2023

JOÃO GABRIEL MARINHO DE OLIVEIRA

**MOVIMENTOS DE MORADIA COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE
CIDADANIA**

HOUSING MOVEMENTS AS A WAY OF BUILDING CITIZENSHIP

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mendes
Antas Junior

SÃO PAULO

2023

À minha família e amigos, não teria conseguido sem vocês.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser terminado se não tivesse a ajuda de dezenas de pessoas, cada uma especial ao seu modo e que me ajudam a seguir em frente.

À minha família: minha mãe, Liliane, por todo o esforço e carinho todos esses anos; aos meus irmãos, Fernanda e José, por estarem sempre do meu lado quando preciso; ao meu amor, Giovana, que sem seu companheirismo esse trabalho não existiria; ao meu pai e minha madrastra, Alfeu e Janaína, que sempre me aconselharam. Ao meu avô, João. A todos meu muito obrigado.

Aos incontáveis amigos que fazemos no caminho: Kessia (que agora é família também), Glória, Matheus Fernandes, Cawan, Mateus Miranda, Dayane, Ana Luísa, Waldirene, Bruno, Bruna, Yone, Gustavo, Jackline, Rachel, Lays, Igor, Radson, Adriana, Regina, Larissa, Lucas; muito obrigado a todos, não teria conseguido se não fosse vocês.

Obrigado ao meu orientador, o Prof. Dr. Ricardo Mendes, por toda a ajuda em tornar esse trabalho menos confuso para mim.

E por fim, obrigado a todos que de alguma forma contribuíram com essa pesquisa, em forma de entrevistas ou fornecimento de fontes, não haveria trabalhos sem vocês.

"É preciso normalizar a radicalidade, não o que já é normal; ou seja, transformar a realidade para que aquilo que parece distante ou radical demais hoje possa ser o estado normal das coisas amanhã."

Sabrina Fernandes (2020, p. 17)

RESUMO

Nesta monografia analisamos a relação entre movimentos sociais de moradia e o desenvolvimento de uma cidadania efetiva para seus membros. O trabalho aborda principalmente o Movimento dos Sem-teto do Centro e o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, em sua formação, organização interna, estrutura das ocupações e as relações que tece com o entorno. Dessa forma, pode-se conhecer como a busca por uma cidadania efetiva, em todos os direitos que ela carrega, é feita, constatando como a moradia é apenas a porta de entrada dos sujeitos para o movimento, trazendo à tona muitas outras questões a partir desse ponto. Assim, foi realizada análise sobre o crescimento da cidade de São Paulo e os padrões de segregação urbana característicos sua história, focando principalmente no crescimento ocorrido no século XX, como a presença de cortiços e habitações precárias quando o centro era mais densamente povoado, e os arcos de marginalização que surgem graças a especulação imobiliária que continuamente joga a população mais pobre para longe dos grandes centros.

Palavras-chave: Movimentos de moradia; MSTC; MTST; segregação urbana; especulação imobiliária.

ABSTRACT

In this monograph we analyze the relationship between social housing movements and the development of effective citizenship for their members. The work mainly addresses the Movement of Homeless of the Center and the Movement of Homeless Workers, in its formation, internal organization, structure of occupations and the relationships that it weaves with the surroundings. In this way, it is possible to know how the search for an effective citizenship, in all the rights that it carries, is done, noting how housing is just the gateway of the subjects to the movement, bringing up many other issues from that point.

An analysis is made regarding the growth of the city of São Paulo and the patterns of urban segregation that it presents in its history, focusing mainly on the growth that occurred in the 20th century, such as the presence of tenements and precarious housing when the center was more densely populated, and the arches of marginalization that arise thanks to real estate speculation that continually pushes the poorest population away from the big centers.

Key-words: Housing movements; MTST; MSTC; urban segregation; estate speculation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento populacional no município de São Paulo e região metropolitana ao longo do século XX.....	18
Figura 2 - Muro da entrada da ocupação 9 de Julho com os dizeres “MSTC, quem não luta tá morto”, no centro de São Paulo.....	26
Figura 3 - Apresentação do grupo Ilú Obá de Min, grupo de música e danças afro-brasileiras com enfoque no fortalecimento da mulher.....	27
Figura 4 - Horta da ocupação 9 de Julho, com temperos e vegetais.....	28
Figura 5 - Visitantes assistem apresentação que ocorre no estacionamento da ocupação, do grupo Ilú Obá De Min, a partir de uma das áreas de refeições.....	33
Figura 6 - Gráfico com a origem dos visitantes da ocupação 9 de Julho.....	34
Figura 7 - Partidos e coletivos que os visitantes atuem ou simpatizam diretamente.....	36
Figura 8 - Organização interna do MTST.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PADRÕES DE SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO.....	13
1.1 A expulsão da classe trabalhadora do centro.....	13
1.2 A expansão da periferia.....	16
2. O MOVIMENTO DOS SEM TETO DO CENTRO.....	20
2.1 História, ações e contradições do MSTC.....	20
2.2 A rede de relações entre os movimentos sociais e o território.....	25
2.3 Entrevistas e trabalhos de campo na ocupação 9 de Julho.....	28
3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO.....	38
3.1 Formação, organização e lutas.....	38
3.2 Horizontes políticos, táticas e estratégias do MTST	46
3.3 Cidadania ativa (ou poder popular).....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS.....	62

INTRODUÇÃO

O intuito desta monografia é analisar diferentes movimentos de moradia na cidade de São Paulo, especificamente em sua forma de organização coletiva e sua relação com o território que parecem influenciar seus membros para uma atuação política, democrática e cidadã. Em diversos aspectos de sua rotina, desde sua estrutura com a tomada de decisões comumente acontecendo em assembleias, e a lógica de brigadas organizadas pelos moradores da ocupação que passam a substituir o Estado em diversas funções como brigadas de saúde e cultura (BOULOS, 2015, p.65), até a instrução dos moradores acerca dos programas de moradia existentes, cadastros necessários, organização de documentos e outros elementos de caráter burocrático, o movimento social de moradia parece aproximar os indivíduos, neste caso os sem-teto, a partir de uma perspectiva da cidadania (SILVA, 2017, p. 192).

As ocupações, portanto, não são apenas um local de moradia, mas uma porta de entrada para a vida política de milhares de famílias, cabendo a este trabalho estudar os diversos aspectos de atuação dos movimentos de moradia.

O estudo de diferentes movimentos e ocupações se fez necessário para melhor compreensão de sua complexidade, além de abranger mais atividades, organizações e experiências que apontem para nosso objetivo. O uso de trabalho de campo se fez necessário para a melhor compreensão de suas práticas, cotidianos e propósitos. A pesquisa elegeu para análise a Ocupação 9 de Julho, do MSTC, no centro de São Paulo, onde houve a possibilidade de serem realizados trabalhos de campo para enriquecimento das análises propostas. Quanto ao MTST, foram feitos estudos mais amplos, em razão de ser um movimento de atuação nacional, pensando aspectos de sua atuação que surgem em suas ocupações como um todo, ainda que sejam feitas também análises mais específicas sobre a Ocupação Povo Sem Medo, na cidade de São Bernardo do Campo, lugar onde não foi possível a realização de trabalhos de campo pela desocupação do terreno onde se encontrava a ocupação. Foi pesquisada extensa bibliografia para compensar a falta de dados empíricos.

A primeira ocupação, do MSTC, foi escolhida por sua consolidação enquanto parte do espaço urbano, não existindo apenas como local de moradia de seus ocupantes, mas como parte do espaço integrado ao entorno, com a existência de atividades culturais, cursos, oficinas e eventos que marcam sua relação com o território ao redor, e a segunda por tratar-se de uma ocupação de outro modelo, não somente em prédios abandonados, mas também em terrenos vazios, sendo feita através de barracas, além de ser uma das maiores ocupações da América Latina. Portanto a Ocupação Povo Sem Medo foi escolhida por pertencer a outro movimento com características muito próprias, trazendo maior amplitude de análises.

O trabalho seguirá pela seguinte linha: primeiro fará um breve histórico de como se deu a urbanização na cidade de São Paulo, fazendo análise sobre os processos de ocupação e o movimento dos fluxos de indivíduos na região do centro e na periferia.

A seguir, uma análise de dois movimentos sociais de trabalhadores sem-teto será feita, passando por sua constituição, objetivos, métodos de organização e relações com o território, buscando entender como eles podem contribuir para a constituição de uma cidadania plena dos moradores da região metropolitana de São Paulo.

Assim, o trabalho busca, através do estudo da espoliação urbana sofrida pelos moradores de São Paulo ao longo do século XX e início do século XXI, e dos movimentos de moradia atuantes na cidade, debater sobre o papel de movimentos como o MSTC e o MTST na construção de uma verdadeira cidadania para seus membros. Pela porta da moradia, uma enorme gama de direitos é buscada, para se contrapor ao processo de marginalização da pobreza.

1. PADRÕES DE SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

O capítulo a seguir tem como proposta a investigação das diferentes formas de segregação espacial existentes na metrópole de São Paulo, pensando de que maneiras elas impactam a qualidade de vida dos moradores dessa grande cidade.

1.1 A expulsão da classe trabalhadora do centro da cidade

Apesar de muito antiga, com sua fundação datando de 1554, São Paulo passou a maior parte de sua história como um lugar pouco populoso, com cerca de três quilômetros quadrados de extensão no fim do século XIX, seguidos por uma série de chácaras em seu entorno (COSTA, 2009, p. 71) e não mais que trinta mil pessoas até o ano de 1872 (HOLSTON, 2013, p. 209). Para compreender melhor o crescimento da cidade, que anteriormente teve caráter de vila, capital de capitania, entre outras denominações, analisaremos alguns dados: em 1905, a cidade de São Paulo tinha cerca de trezentos mil habitantes em seu território, momento em que a imigração já era forte, principalmente a italiana, por conta do início das primeiras indústrias na região. Já em 1920, a população paulistana era de quinhentos e oitenta mil habitantes, o que demonstra que a cidade levou cerca de trezentos e cinquenta anos para alcançar o patamar de trezentos mil habitantes e vinte anos apenas para dobrá-lo (PETRONE, 1955, p. 142). Vale lembrar que em 1913 a imigração alcança a vinda de cerca de cento e vinte mil estrangeiros entrando em São Paulo, mais um dado que ilustra o massivo e rápido crescimento que a cidade passava (PETRONE, 1955, p. 143). O que se quer debater é que esse repentino aumento da população paulistana com uma baixíssima preocupação com as condições de vida dela por parte do Estado e da classe dominante foram fundamentais para chegar às condições de segregação presentes na cidade, como analisaremos a seguir.

As décadas se passavam e a cidade não parava de crescer, chegando a ocupar a área de 540 quilômetros quadrados na década de 1950, três vezes maior que na década de 1920 (HOLSTON, 2013, p. 203), embora permanecesse a

pauperização da população. Até a década de 30, quando a força de trabalho ainda pouco numerosa, era comum que os trabalhadores vivessem em vilas operárias construídas pelos próprios patrões, como uma forma de rebaixar os salários, já que não eram necessários gastos com habitação (KOWARICK, 1980, p. 30). Com o passar do tempo e o crescimento populacional, essa solução passa a ser cada vez menos viável, tornando-se mais comum que os operários vivessem em cortiços, isto é, habitações em sobrados e casarões, onde famílias inteiras se espremiavam com cada uma morando em um quarto, podendo conter vários quartos por andar. Não havia banheiros nessas moradias, este localizado do lado de fora dos quartos, devendo ser dividido por todos do andar (KOWARICK, 2013, p.57).

Portanto, a habitação que possibilitava parcialmente a reprodução social do trabalhador no centro era o cortiço, um tipo de habitação comum na época que viabilizava sua proximidade do emprego dos trabalhadores, condição fundamental em razão dos baixíssimos salários pagos. Ainda assim, o valor desses aluguéis não era pequeno, muitas vezes consumindo grande parte da renda de seus moradores, que em contrapartida não necessitavam de demorados transportes públicos para se deslocar ao trabalho (KOWARICK, 2013, p.56).

Neste momento da história da cidade, o cortiço foi essencial tanto para os trabalhadores que viviam praticamente na linha da sobrevivência, sem qualquer outro elemento em seu cotidiano além do mundo do trabalho, com baixos rendimentos e responsáveis por suas famílias, quanto para alguns trabalhadores que escolhiam o cortiço por sua localização no centro da cidade que proporcionava aos moradores participar da vida urbana, acessando parques, teatros, comércios, entre outros aparelhos urbanísticos. Não necessitar do uso de transportes demorados e precários também era essencial para a decisão de morar nos cortiços. O acesso a aparelhos urbanísticos de todo o tipo ser possível sem necessidade de longas travessias tem uma importância tão grande quanto a relação entre casa e trabalho na escolha da habitação (IBIDEM, 2013, p.69).

Essas moradias, entretanto, foram alvo de um duro embate: com o crescimento urbano acelerado e os trabalhadores cada vez mais se apertando em habitações precárias como os cortiços, um outro processo segregatório passa a acontecer. A remoção dos cortiços começa a ser empreendida como forma das

políticas higienistas de racionalizar o espaço urbano do atual centro antigo, retirando as camadas populares do convívio com a elite e das camadas médias da época (HOLSTON, 2013, p.214). Essa nova forma de organização do espaço urbano feita a partir de princípios haussmanianos derrubou cortiços, alargou avenidas e deu um sentido racional higienista para cidades de todo o país, sendo São Paulo uma entre muitas, que teve como diferencial o enorme contingente populacional que se instalou em seu interior (MONTE-MÓR, 2006, p.63). Na atual capital paulista, os pobres sumiram da equação, os planejadores propuseram a desapropriação de quadras inteiras, destruição de imóveis e abertura de vias para a busca de uma cidade saudável, ainda que não para todos (HOLSTON, 2013, p.214).

Na virada do século XIX para o XX, os bairros que continham maior concentração de moradias populares desse tipo eram Brás, Bexiga, Mooca, Bom Retiro, Pari e Liberdade, além de várias presentes em bairros de elite da época (KOWARICK, 2013, p. 50).

Aos olhos da classe dominante do período, as habitações coletivas dos trabalhadores carregavam todo o tipo de defeito, principalmente relacionados a moral contida nesses locais, que por seus espaços apertados e altamente compartilhados, acabavam por subtrair muito da privacidade de seus moradores, obrigados a dividir banheiros e chuveiros com estranhos e seus quartos com suas famílias inteiras (HOLSTON, 2013, p.212). Além disso, muito se apontava sobre as condições de higiene e de saúde dentro dos cortiços, principalmente sobre seu risco de contaminar os bairros de maior poder econômico, como Higienópolis, Campos Elíseos e a avenida Paulista, todos com muitas dessas habitações próximas ou presentes em suas áreas (KOWARICK, 2013, p.50). Portanto, esse movimento condenava os cortiços, descrevendo-os como não condizentes com a moral e os valores burgueses. A solução, portanto, foi sua derrubada.

Com o discurso de sanear a cidade e dar melhores condições tanto para suas camadas abastadas quanto para os cidadãos pobres, inúmeras moradias foram eliminadas e seus residentes despejados. O objetivo era que novas habitações fossem construídas, dessa vez respeitando uma lógica planejada, em que apenas uma família habitaria cada residência, os quartos deveriam ser

separados entre pais e filhos, divididos estes últimos pelo gênero (HOLSTON, 2013, p.212).

O IDORT, Instituto de Organização Racional do Trabalho, foi o responsável por conceber as novas habitações tendo também a intenção de melhorar a qualidade de vida das camadas mais empobrecidas fornecendo moradias mais adequadas ao que se pensava ser o sadio e moralmente correto, além de baratas, tornando possível que esses trabalhadores adquirissem também os novos produtos das fábricas paulistanas, aumentando o mercado interno (IBIDEM, 2013, p.212).

Essas casas não se encontrariam mais no centro, mas em loteamentos mais distantes, onde o preço da terra era baixo, possibilitando sua construção. Porém, ao executar tal ação, as principais qualidades presentes no cortiço se perdiam: a proximidade com o trabalho e o fácil acesso aos equipamentos urbanísticos presentes no centro da cidade são subtraídos dos trabalhadores, caracterizando uma espoliação de seu direito a esses elementos (KOWARICK, 1979, p. 62).

Além disso, essas casas eram adquiridas através de financiamentos, dificilmente pagos pelos trabalhadores em suas condições precárias. Encontra-se um processo altamente segregador em que não há voz para os indivíduos sobre a sua participação na produção do espaço urbano, ainda que sua força de trabalho seja essencial para o grande crescimento econômico da época. Agora, novas formas de reprodução do capital tornaram-se possíveis, já que a necessidade de abertura de novos espaços implica em uma valorização de terras antes desconsideradas pelo mercado imobiliário (KOWARICK, 1979, p. 36). Os lucros cresciam e novos mercados surgiam, ainda que os trabalhadores continuem a ser espoliados dos frutos dessa riqueza

1.2 A expansão da periferia

O corriqueiro é que esses indivíduos acabavam morando nos loteamentos em áreas periféricas da cidade, às vezes muito distantes do centro, sem qualquer tipo de infraestrutura. Suas casas eram estruturadas através da autoconstrução, ou seja, os próprios trabalhadores levantavam suas residências. Como a prioridade permanecia sendo a sua própria sobrevivência e de seus familiares, era frequente

que fossem usadas horas a mais de trabalho após o expediente (e as novas jornadas nos transportes) ou nos fins de semana. A modalidade de mutirões, em que certa quantidade de indivíduos se juntava para levantar mais rápido as moradias, ajudando uns aos outros, era habitual, geralmente sendo empreendido por parentes e vizinhos (KOWARICK, 1979, p. 64).

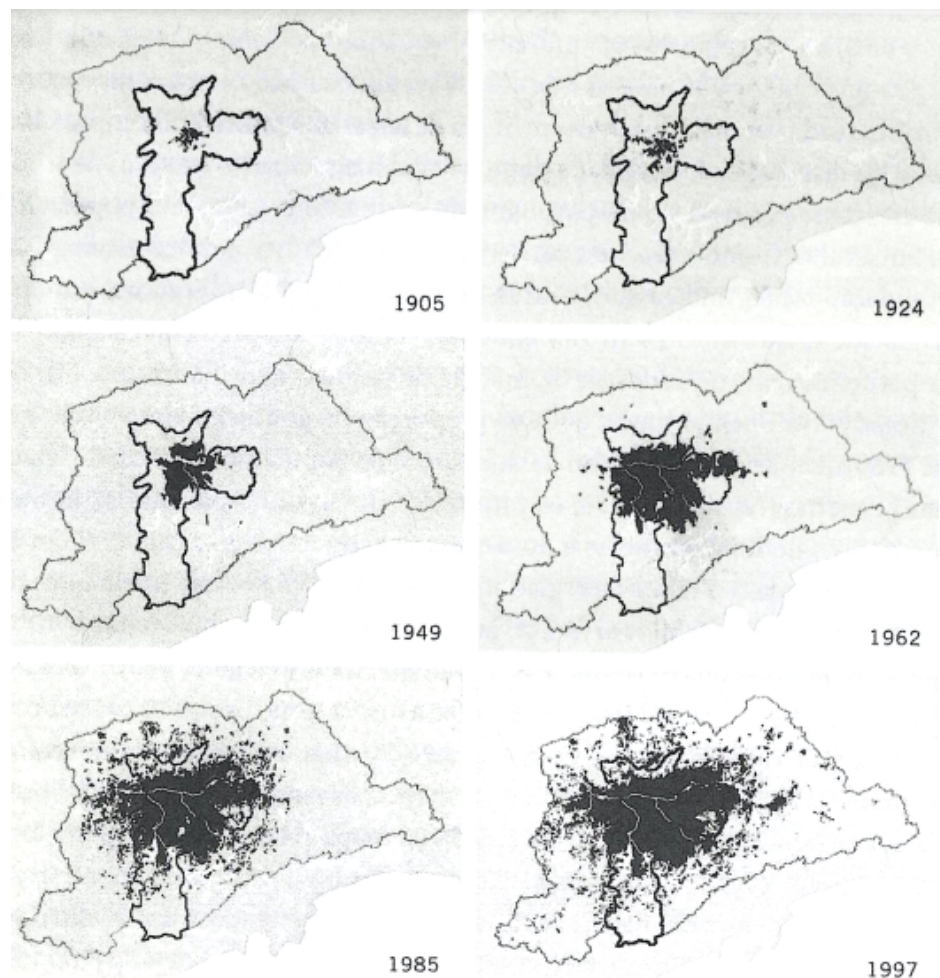
É importante analisar o processo de valorização desses espaços, já que não são apenas novos lugares de moradias, mas também novas formas de segregação presentes na cidade de São Paulo. Vimos como o centro podia ser altamente excludente pela presença dos cortiços que, ao mesmo tempo que eram alternativas relativamente baratas para a moradia de grande parte dos trabalhadores, principalmente na primeira metade do século XX, também promovia rebaixamento dos salários. O pagamento compatível apenas com um quarto para uma família inteira, insuficiente para o acesso a outras dimensões da vida citadina como teatros, parques, lojas e mesmo a uma alimentação digna, foi essencial para o crescimento econômico da época (IBIDEM). As longas jornadas de trabalho também eram formas dos trabalhadores se verem subtraídos do cotidiano da cidade, distanciando o crescimento econômico de uma grande massa precarizada. Essa nova forma de segregação não apenas impossibilita o acesso dos trabalhadores aos fixos urbanos do centro pela falta de tempo, decorrente das longas jornadas, ou pela falta de dinheiro, pelos baixos salários, mas literalmente retira sua presença de onde a cidade acontece, designando que seu local de moradia devesse ser fora desses espaços.

A escolha dos novos lugares de moradia não era feita por acaso: em um primeiro momento, os terrenos de menor qualidade são alugados ou vendidos, por exemplo aqueles que se encontram em terrenos mais íngremes ou difícil acesso. Seus moradores faziam a limpeza de suas áreas, retirando a vegetação presente e levantando as primeiras habitações. Conforme os primeiros indivíduos se instalavam, novos lotes eram postos no mercado, sendo essa uma estratégia especulativa com o objetivo de utilizar do trabalho dos moradores para criar os primeiros elementos dessa expansão do espaço urbano, assim, os próximos terrenos poderiam ser vendidos ou alugados a um preço superior (HOLSTON, 2013, p. 224). Além disso, apesar de seu local de moradia ter sido deslocado, os empregos continuavam a se concentrar no centro da cidade, por isso, era

constante que esses trabalhadores pautassem melhorias em na infraestrutura de seu entorno, seja através da implantação de uma rede elétrica que os atendesse ou a criação de vias pavimentadas e linhas de ônibus que circulassem pelos trajetos trabalho-residência (HOLSTON, 2013, p. 221).

Dessa maneira, os lotes eram paulatinamente disponibilizados, sendo os últimos pertencentes às áreas de melhor qualidade, após um processo de valorização por conta do entorno. Os lucros teriam um aumento sem necessidade de grandes investimentos adicionais.

Figura 1 - Crescimento populacional no município de São Paulo e região metropolitana ao longo do século XX.



Fonte: Meyer, Grostein e Biderman 2004

Entretanto, esse fenômeno não se encerra assim. Com a implantação de novas infraestruturas e loteamentos, o valor médio da terra tendia a subir, o que impactava diretamente os indivíduos que residem em seus terrenos através do

aluguel. Assim, novamente a população é obrigada a deixar suas residências e, ainda que não tenha sido através da ação direta de uma racionalização do espaço, o próprio funcionamento do livre mercado tende a perpetuar a segregação dos mais pobres. Novos loteamentos eram criados, dando vazão a essa onda de novas expulsões, portanto, é possível dizer que a periferia, principalmente tratando da zona leste da cidade de São Paulo, sucedia por uma constante expansão, marcada por ondas de valorização da terra e marginalização da pobreza (HOLSTON, 2013, p. 203).

Além disso, é importante dizer como o período de crescimento da cidade a partir da industrialização tornou-a um grande polo de atração para migrantes de todo o país que, que chegam com o intuito de buscar melhores condições de vida no meio urbano. Estes novos recém chegados na cidade não tinham condições de custear habitações nem mesmo nas periferias, que progressivamente melhoraram suas condições de infraestrutura. Dessa forma, os anéis de periferização vão se expandindo a uma velocidade intensa. Entre os exemplos dos primeiros bairros periféricos da cidade estão a Vila Guilherme, a Vila Maria e a Vila Prudente (HOLSTON, 2013, p. 207).

São Paulo, uma pequena vila durante a maior parte de sua história, sobrevém a ser no início do século XX, uma densa cidade industrial e, posteriormente, uma região ampla com trabalhadores vivendo cada vez mais distantes de seus empregos em uma lógica de autoconstrução de baratas e precárias moradias que beneficiaram o mercado imobiliário da época. A densidade populacional de São Paulo passa de 110 habitantes por hectare em 1914 para mínimos 25 habitantes por hectare em 1960, demonstrando uma exacerbada descentralização (HOLSTON, 2013, p.219). O resultado é uma cidade segregadora, que mantém sua população fora de seus espaços de lazer, cultura, saúde e outros instrumentos urbanísticos, com os indivíduos servindo apenas para o trabalho, necessitando de longas jornadas atravessando trajetos de horas de duração.

2. O MOVIMENTO DOS SEM TETO DO CENTRO

Neste capítulo faremos estudo do MSTC, um movimento social urbano, com foco na luta por moradias. Buscaremos investigar a forma com que o movimento se relaciona com seu território, as relações sociais que reproduz em seu interior e os princípios políticos que desenvolve em seus membros.

2.1 História, ações e contradições do MSTC

O MSTC, Movimento dos Sem Teto do Centro, tem grande importância para a elaboração deste trabalho por uma série de razões: em primeiro lugar, pela sua história de longa data na atuação como movimento social de moradias, por sua posição geográfica, que lhe garante características próprias, e pela forma como atua, expressivamente se relacionando com o território no entorno.

O intuito é buscar dois movimentos com especificidades que possam se contrapor e complementar, enriquecendo a análise proposta. Para isso, um histórico do movimento e descrições quanto a sua atualidade serão utilizados para compreender seu papel do espaço urbano.

O MSTC surge de uma dissidência do Fórum dos Cortiços em 2000, organização que lutava pela reforma urbana nos anos 80 e 90, mas que passou por situações de corrupção entre seus membros, o que desagregou a base, surgindo outros movimentos a partir de então (GONÇALVES, 2006, p.70). Sua primeira característica relevante é a posição geográfica que ocupa na cidade de São Paulo, município onde se concentra a pesquisa, já que sua principal área de atuação são os prédios abandonados do centro, sejam eles públicos ou privados. Com a maior oferta de aparelhos urbanísticos nessa região e o grande déficit habitacional da cidade, o centro torna-se um importante palco das disputas por moradia, assim explicando-se o porquê do movimento se restringir a essa área da cidade.

Mas como o movimento se define? Segundo o documento “O que é o MSTC?”, o grupo se estabelece como “[...] um espaço de formulação de propostas e de lutas por moradia ao mesmo tempo em que procura se articular com outras

lutas populares organizadas pelo movimento social”, isto é, não somente a conquista da moradia é objetivo de suas lutas, mas também todos os direitos, aparelhos e vivências que decorrem desse objeto. Segundo Gonçalves (2006, p.70), em 2003 o MSTC estimava ter doze mil famílias no movimento, entretanto com apenas duas mil e quinhentas ativas. Apesar da discrepância dos números, nota-se sua rápida ascensão como ator fundamental nas lutas por moradia em São Paulo.

A organização do movimento é feita através da realização de diferentes modelos de reunião: as reuniões gerais e as reuniões dos grupos de base, sendo as duas as portas de entrada para o MSTC. Durante as reuniões gerais, apesar de não permanecer em uma estrutura rígida de cerceamento das falas, as coordenadoras são as que mais se pronunciam. Já as reuniões dos grupos de base são mais abertas à participação, organizando os sem-teto sob as diretrizes do movimento, tendo no início dos anos 2000 cerca de 45 grupos de base na cidade de São Paulo (GONÇALVES, 2006, p.71). Já em 2010, eram contabilizados vinte grupos de base espalhados pela cidade (AQUINO, 2010, p. 2). Um terceiro modelo de reunião, a executiva, também ocorre, mas essa tem participação restrita dos coordenadores do movimento.

Após participarem das reuniões de base, os sem-teto são direcionados a albergues, pensões e outros locais que têm convênio com o MSTC, sendo necessário apenas apresentar a carteirinha de membro para conseguir uma vaga. A presença nas reuniões é essencial para os militantes do movimento, já que estas geram pontos em suas carteirinhas e uma dada quantidade deles é requisito para uma vaga em uma ocupação (GONÇALVES, 2006 p.72). Essa lógica se justifica para evidenciar o comprometimento de uma família com o movimento, para que os membros saibam de sua dinâmica interna, objetivos, métodos organizativos entre outras questões.

A prioridade para conquistar a moradia é de acordo com a participação, que é medida conforme a pontuação anotada por coordenadores nas carteirinhas e nas fichas cadastrais: um ponto pela presença em cada reunião, um ponto pela contribuição financeira mensal R\$ de 3,00. (Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 27/03/03)

Durante o ingresso no movimento, é comum que os indivíduos sejam orientados também a resolver documentações pendentes, entre outras burocracias, que podem impedir sua entrada em cadastros de programas de habitação social e outros instrumentos que lhe trouxessem direitos .

Portanto, o MSTC trabalha muito além da lógica apenas da habitação, na verdade se configurando como um meio para a aquisição de muitos outros direitos, como os diversos aparelhos urbanísticos do centro, programas de habitação que o movimento dá suporte para que os militantes entrem, e outras formas de socialização e reprodução social que se organizam de forma muito mais coletiva. Entretanto, esses direitos vêm com os deveres de regularizar documentos pendentes ou atrasados, para se cadastrar em programas sociais, principalmente de habitação (RODRIGUES, 2021), além da própria disciplina para lidar com decisões coletivas e as responsabilidades de cada morador com suas tarefas.

Outras obrigações previstas para os militantes do MSTC estão no Regulamento Interno da Ocupação (GONÇALVES, 2006, p.72), que diz:

- É obrigatória a participação das famílias nas Assembleias Gerais. Três faltas consecutivas, sem justificativa, podem acarretar a perda do direito de continuar morando no prédio.
- As famílias devem ser representadas nas Assembleias por, pelo menos, um de seus componentes.
- Todas as famílias moradoras devem participar de todas as atividades visando o bem comum no prédio (Comissões de Trabalho e Mutirões), bem como de Atos, Reuniões de Negociações e outras Atividades Gerais do Movimento, para contribuir com o avanço da luta por moradia.

Os pontos citados acima nos dão a entender que o mais relevante para o movimento não é o pagamento de taxas, como uma relação de clientela, mas o trabalho coletivo que os membros podem construir, componente essencial para que as atividades continuem acontecendo. A presença de “Comissões de trabalho e mutirões” também é muito relevante, já que demonstra não somente a dimensão comum da tomada de decisões, mas do próprio trabalho, com os moradores tomando a frente para a resolução de seus problemas (GONCALVES, 2006, p.75).

O trabalho de manutenção de uma ocupação é organizado por grupos responsáveis por suas atividades, sejam estas de limpeza, segurança interna, manutenção, finanças, refeições comunitárias, punições, entre outras, havendo a contribuição de todos na ocupação, mas tendo voluntários específicos para cada

atividade. Além disso, há um coordenador geral da ocupação, responsável pelo prédio, e coordenadores de andares (GONÇALVES, 2006, p.72).

Por fim, um aspecto de suma relevância para a compreensão da atuação do MSTC é a forma como se porta diante dos elementos da democracia burguesa. O movimento desde os anos 90 e 2000 aposta muito na política eleitoral, tendo como principal referência partidária nesse período o Partido dos Trabalhadores, tema recorrente nas reuniões gerais do movimento, inclusive com indicação de candidatos para serem votados e uma intensa cobrança para que seus membros se filiem ao PT (Ibidem, p.73).

Um exemplo dessa dinâmica foi durante as eleições municipais de 2004 em São Paulo, em que a militância do MSTC foi amplamente organizada para contribuir para a eleição de Marta Suplicy, que nesse ano perdeu para José Serra do PSDB. O sentido desses movimentos é que o Partido dos Trabalhadores configurava, nesse momento, a principal organização progressista e contra as políticas neoliberais do país, sendo essencial que vencesse os cargos disputados por ser uma porta de acesso para que o movimento alcançasse vias institucionais (GONÇALVES, 2006, p.75).

Santos (2014, p. 65) questiona em O Espaço do Cidadão se há alguém a recorrer quando direitos são negados em um espaço empobrecido, já que muitas vezes legislações existem mas são desrespeitadas. Neste caso, parece que o MSTC recorre em alguns aspectos apenas à sua própria capacidade de organizar suas demandas. Durante a eleição para a prefeitura entre Marta e Serra, torna-se relevante o relato de um membro do movimento sobre as ocupações feitas no dia do segundo turno, em que o candidato do PSDB venceu:

“A Marta [Suplicy] poderia ter ganho a eleição que teríamos feito a manifestação do mesmo jeito. Estávamos planejando *havia* três meses e decidimos realizar as ocupações no dia do segundo turno” (apud GONÇALVES, 2006, p.98).

É interessante notar como esse movimento vai se transformando ao longo dos anos: ao analisar os anos recentes, nota-se que umas de suas principais coordenadoras foi ela própria candidata a vereadora no município de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, recebendo 12.427 votos estando na condição de

suplente¹. Entretanto, recentemente a liderança deixou o partido para integrar o PSB, constando como pré-candidata a deputada estadual dentro da iniciativa suprapartidária Quilombo dos Paramentos (iniciativa da qual fazem parte PT, PSOL, PDT, PSB, PCdoB e Rede Sustentabilidade)². Esse fato é muito revelador quando aliado a outro ponto: a lógica utilizada atualmente pelo MSTC em suas reivindicações passa fortemente pela participação em conselhos gestores municipais e participação em editais.

O que se mostra é que ao longo das últimas duas décadas, as táticas utilizadas pelo movimento permeiam a institucionalidade, empregando suas ferramentas para seu benefício, como forma de reprodução social de um espaço anticapitalista, ainda que nos limites de um Estado Burguês (GONÇALVES, 2006, p.74). Essa tendência parece se aguçar com a ida de uma das principais lideranças do movimento para um partido mais ao centro que o PT, sua antiga aliança.

Uma ideia apressada sobre as ocupações é a de que são movimentos desordeiros, despolitizados e que buscam apenas o usufruto da propriedade privada alheia, caracterizados também como invasores. Contudo, cada vez mais mostram-se como ricamente organizados e produtivos para uma cidade mais justa. A aparente contradição entre a ação direta de ocupar um prédio, questionando o chamado direito à propriedade privada, nada mais é do que um questionamento aos inúmeros direitos que são negados a estes indivíduos (PIRES, 2022, p. 83). É assim que caminha o MSTC, em um convívio entre o próximo e o contraditório que dá suporte a uma rede de estruturas coletivas e de embate às injustiças sociais presentes na cidade como um todo.

Podemos afirmar que a maneira como os membros do MSTC se porta parece caracterizar uma busca por cidadania, já que sua atividade política vai muito além do ato de votar, ainda que este também lhe seja essencial, ou na busca

¹ Candidatos a Vereador em São Paulo (SP): Carmen Silva 13300. *In*: Diário Cidade. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.diariocidade.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/candidatos/vereador/carmen-silva-13300/>. Acesso em: 4 jul. 2022

² PARA FORTALECER agenda antirracista, PSB integra "Quilombo dos Paramentos". *In*: Autorreforma PSB. [S. l.], 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.autorreformapsb.com.br/para-fortalecer-agenda-antirracista-psb-integra-quilombo-dos-paramentos/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

estrita por uma moradia, sem nenhuma conexão com outros direitos. Nas múltiplas dimensões da construção de seu movimento, indivíduos muito distintos juntam-se em busca de um futuro que considerem mais justo (SANTOS, 2014, p. 56). Dadas as desigualdades de uma formação socioespacial como a do Brasil, crescentemente as grandes cidades são constituídas de espaços “vazios de cidadania”, com uma forte espoliação de direitos básicos na maior parte da população, contudo, ações como as do movimento citado são imprescindíveis para uma futura cidadania plena nas grandes metrópoles brasileiras.

2.2 A rede de relações entre movimentos sociais e o território

Fato marcante para a análise do Movimento dos Sem Teto do Centro é como eles tornaram suas ocupações não apenas um espaço de moradia, mas de integração com o espaço urbano como forma de se consolidar na cidade. A Ocupação 9 de Julho, o principal símbolo de sua atuação dadas as ações realizadas em seu interior, constrói aos fins de semana em sua sede o evento semanal “almoço Campo Cidade na Ocupação 9 de Julho”, onde almoços são servidos e entregues via delivery a 35 reais, sendo que cada refeição vendida custeia outra para a doação para pessoas em situação de vulnerabilidade.

O evento é uma parceria entre o MSTC e o MST, que está presente na cozinha e no fornecimento de alimentos, que juntos fazem a ação como forma de campanha para a criação do Armazém Agroecológico e da Ciranda dos Sem Terrinha, no acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, em Perus. Além disso, as entregas são feitas pela organização Entregadores Antifascistas, cooperativa que busca se opor a lógica de aplicativos de entrega que precarizam suas condições de trabalho. Por fim, além das refeições servidas e entregues, há uma programação cultural que acompanha o evento.

Figura 2: Muro da entrada da ocupação 9 de Julho com os dizeres “MSTC, quem não luta tá morto”, no centro de São Paulo.



(Fotografia do autor feita em 30/10/2022).

O que vemos nessa construção é que há uma complexa teia de relações entre diversos movimentos que conjuntamente buscam se fortalecer e consolidar no território do município de São Paulo, cada um em seu seguimento. Essa construção não somente usa da exposição de uma luta como forma de agitação política, mas da criação de toda uma cadeia produtiva que agita, informa e produz para o território em que se encontra, consolidando a Ocupação 9 de Julho como ela mesma se denomina “um ponto de encontro conhecido da solidariedade entre as lutas na Capital Paulista.”

Além das reuniões, foi observado em trabalho de campo a prática comum de moradores e ex-moradores de ocupações organizadas pelo MSTC trabalharem nas diversas áreas da ocupação 9 de Julho, que envolve a Cozinha, o brechó, apresentações de música e dança, um café e uma loja de roupas, todas vinculadas ao movimento, além de diversos empreendimentos que vendem seus serviços dentro da ocupação durante os fins de semana, como cabeleireiro, venda de acessórios, como colares, brincos e anéis, roupas, doces, entre outros itens.

Figura 3: Apresentação do grupo Ilú Obá de Min, grupo de música e danças afro-brasileiras com enfoque no fortalecimento da mulher.



(Fotografia do autor feita em 23/10/2022)

A Cozinha Ocupação 9 de Julho oferece refeições servidas na hora e em formato de entrega para a comunidade do entorno, como forma de levantar fundos para a ocupação, além do preço da refeição comercializada incluir outra refeição destinada a doações. Há opções veganas e com carne todos os fins de semana, muitas vezes preparados com a ajuda de outros movimentos, como no dia treze de novembro de dois mil e vinte dois, em que Vivi Torrico e João Gordo, organizadores da ONG Solidariedade Vegan, cozinharam os pratos do dia. O Solidariedade é um projeto social em que marmitas veganas são entregues à população em situação de rua, além de ajudarem no levantamento de fundos para movimentos sociais e na logística de algumas atividades. Mais uma vez, o caráter aglutinador da Ocupação 9 de Julho se expressa.

Figura 4: Horta da ocupação 9 de Julho, com temperos e vegetais.



(Fotografia do autor feita em 23/10/2022)

Outro exemplo das atividades construídas na ocupação 9 de Julho é sua horta, feita pelos próprios moradores de forma a variar seu uso entre complementar a alimentação dos moradores, contando com temperos, frutas e vegetais, ou contribuir para as refeições servidas aos fins de semana. Além da horta em si, o local conta com composteiras e cisternas, trazendo um processo de produção de alimentos mais eficiente e sustentável para o espaço urbano.

Apesar da produção não ser muito expressiva, já que a horta não parece ultrapassar os 100m², o uso do solo urbano para a produção de alimentos tem caráter notadamente transformador, como exemplo para um outro tipo de paisagem para o espaço urbano onde pode haver complemento de renda da população, aumento da qualidade de vida pelo contato com a horta, incentivo a uma alimentação com menor uso de industrializados, além da tendência para a não utilização de agrotóxicos. Portanto, com o avanço da urbanização e a permanência de condições precárias de vida, a chamada agricultura urbana mostra-se como um meio de combate à fome, geração de renda e ativismo para um outro modelo urbano (NAGIB, 2018, p. 34).

Além disso, a noção aqui expressa transcende a visão de que os alimentos comercializados são apenas recursos, implicando neles uma série de valores inerentes a aqueles defendidos pelo movimento, acima de tudo, a colaboração entre indivíduos e grupos, e formas de reprodução social mais civilizadas, conduzindo para um outro modelo cívico (SANTOS, 2014, p. 126).

2.3 Entrevistas e trabalhos de campo na Ocupação 9 de Julho

Foram realizados três trabalhos de campo na Ocupação 9 de Julho com o objetivo de averiguar no local as informações levantadas previamente em nossa pesquisa, além de expandir e atualizar o que for possível, trazendo o que há de mais recente na organização e atuação do MSTC. Também tivemos como objetivo conhecer as relações do movimento com seu entorno, buscando dimensionar seu impacto no território. Para isso foram realizadas vinte e quatro entrevistas nos dias 30/10/2022 e 27/11/2022, com quatro moradores e vinte visitantes, utilizando dois roteiros fechados, um para cada tipo encontrado.

A ideia ao fazer um questionário com os moradores era de compreender quem é o indivíduo que pertence a uma ocupação do MSTC, quais os benefícios e contradições de pertencer ao movimento e quais são as relações que ele tece com o espaço em seu entorno, por exemplo, se equipamentos urbanísticos de qualidade são encontrados em seu espaço cotidiano, ou se necessitam de grandes deslocamentos pela cidade como grande parte da população que vive nas periferias. Não foi possível obter mais entrevistas em razão delas terem sido realizadas durante os fins de semana em que a ocupação estava aberta, com os moradores trabalhando em suas diversas atividades.

Para analisarmos as quatro entrevistas com moradores, faremos uma descrição de suas trajetórias, de forma a compreender melhor as razões e vontades que passam por seu cotidiano.

Começamos com **E³**, de 18 anos, que durante dois anos morou na ocupação 9 de Julho e havia acabado de deixar o prédio para residir em outro lugar. E. atualmente trabalha no brechó da ocupação, onde roupas, acessórios, livros e outros itens são comercializados. O motivo que o levou ao movimento foi a venda da casa em que residia de aluguel com sua família que sofreu constantes aumentos até que se retirassem. Por conta de seus empregos, todos no centro, e por conta do alto valor dos aluguéis, E. e sua família se dirigiram à ocupação como uma forma de se manter. O MSTC cobra apenas um valor simbólico, dirigido para a manutenção do edifício ocupado, oposto dos aluguéis altíssimos da região, o que

³A fim de que os entrevistados pudessem responder com maior tranquilidade, principalmente os moradores da ocupação, foi assegurado seu anonimato nesta pesquisa.

contribui para sua permanência. Os principais pontos positivos para o mesmo são o baixo valor de “aluguel”, a forma coletiva como as pessoas se organizam no movimento e a localização, já que no centro o acesso ao trabalho é muito mais fácil que nas periferias da cidade.

Para E., o maior problema é manter as pessoas em uma organização coletiva, em que todos participem, já que muitas vezes alguns moradores não querem participar de mutirões ou até mesmo pagar a contribuição simbólica para a manutenção. Quando morava na ocupação, vivia com sua mãe e seu irmão em apenas um cômodo. Atualmente trabalha apenas dentro da própria ocupação, sendo regra que todos que lá trabalham moram ou moraram em algum momento em ocupações do MSTC. Além disso, descreve que utilizava os aparelhos urbanísticos do centro, como escola, hospital, AME, entre outros, sendo este uso realmente um diferencial.

Por fim, E. descreve que não participa de nenhum partido, atuando apenas no Movimento dos Sem-Teto do Centro, porém tendo simpatia pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Unidade Popular pelo Socialismo, dois partidos que se intitulam pertencentes à esquerda radical.

A seguir vemos Z., um homem de cinquenta anos que há cinco vive em ocupações do MSTC. Entrou para o movimento junto de outras pessoas e tem gostado de participar, atuando bastante em sua organização e não apontando nenhum problema até então. Em sua residência vivem duas pessoas em um cômodo e Z. trabalha em bicos descarregando caminhões, geralmente levando uma hora para chegar ao local de descarga. Ao cumprir seus afazeres cotidianos fora do trabalho, permanece em seu entorno, não saindo da região do centro. Por fim, Z. descreve que é membro do Partido dos Trabalhadores há muitos anos, nunca tendo mudado para outros partidos já que sempre foi de seu agrado.

A seguir acompanhamos C., de dezesseis anos, que mora há dois anos na ocupação 9 de Julho, morou outros três na ocupação Cambridge e mais dois em outra no Anhangabaú. O motivo pelo qual C. entrou para o movimento foi ter acesso a uma moradia com o pouco salário que sua mãe ganhava, que só assim conseguiu compatibilizar com os custos de alimentação. Os pontos positivos para ele são as múltiplas atividades que o movimento coordena, principalmente para o

público externo, como a cozinha, as atividades para crianças, entre outras. C. não consegue lembrar de pontos negativos quanto a participar do MSTC e das ocupações, e atualmente não mora nelas, mas sim no bairro de Heliópolis, comunidade periférica de São Paulo, mas irá voltar para a 9 de Julho. Quando morava nela anteriormente, dividia cinco cômodos com outras quatro pessoas de sua família. C. apenas trabalha durante os fins de semana na ocupação, demorando vinte minutos para se deslocar de bicicleta e se diz grande conhecedor do centro da cidade, utilizando sempre a região para tudo que precisa. Por fim, C. não é integrante ou simpatizante de nenhum partido político, estando apenas ligado ao MSTC.

Por fim temos J., de cinquenta e oito anos, que ocupa a 9 de Julho há cinco. Após sofrer um golpe, J. se vê desamparado e, orientado por amigos, busca o MSTC como forma de se manter, tendo morado um ano no antigo hotel Cambridge e mais cinco anos na ocupação 9 de Julho. Participou da limpeza e higienização do prédio, possibilitando a revitalização do mesmo para usufruto dos ocupantes. Segundo o mesmo, os pontos positivos da ocupação são o coletivo, com um sistema de vida muito diferente do da sociedade no geral, com a moradia como um início, mas também parceria com cursinhos populares para passar em vestibulares, agentes de saúde de uma UBS próxima que atendem os moradores e a geração de renda para os mesmos, com o mesmo estando na cozinha há quatro anos. J. diz que a sugestão que a coordenadora Carmen Silva dá aos moradores é que todas as ações da ocupação devem ter como sentido o exterior do lugar, já que ela faz parte de um todo muito maior. O problema apontado é que algumas pessoas têm mais consciência desse todo, enquanto outras não tem tanto essa noção de coletividade, de vizinhança, sendo necessário durante as assembleias a educação dessas pessoas para esse novo modo de vida. J. mora em um cômodo com sua esposa e trabalha apenas na organização da ocupação, não tendo outro trabalho fixo no momento, mas fazendo parte de um projeto de costura que está sendo desenvolvido, mas ainda sem lucros. O morador utiliza dos aparelhos do centro, desde mercados, postos de saúde, lazer entre outros locais, ressaltando como é estar em uma ocupação no centro é um privilégio para seus moradores pelo fácil acesso a diferentes lugares. Por fim, J. diz que apenas tem relação com o MSTC, sendo um de seus militantes, o que já lhe toma bastante tempo, além de ter

uma noção de continuidade, já que ainda há muito trabalho a ser feito dentro do movimento.

O que podemos notar é que entre os moradores entrevistados, tem na ocupação 9 de Julho a sua principal fonte de renda, além de haver certa facilidade entre os membros do MSTC em passar de uma ocupação para outra ou sair e voltar para as ocupações dadas as necessidades de cada um. Importante ressaltar que o sentimento de coletividade e a estrutura comunitária do movimento foi alcançado, sendo o principal problema quando alguns moradores parecem não estar em sintonia com esses princípios.

É importante ressaltar como o movimento de moradia se expande ao chocar-se com a realidade, já que a forma de se firmar na cidade acaba abarcando muitos outros aspectos fundamentais para a vida cotidiana, como o acesso ao estudo, a cultura, ao lazer, a comida de qualidade, todos direitos fundamentais protegidos pela constituição federal, mas apenas alcançados pela atuação conjunta dos membros do movimento e sua consciência enquanto coletivo.

Quanto aos visitantes, outro questionário foi aplicado com o objetivo de entender quem são os visitantes da ocupação e como eles compreendem aquele lugar, também procurando evidenciar qual a importância que a 9 de Julho tem para o espaço no entorno.

Figura 5: Visitantes assistem apresentação que ocorre no estacionamento da ocupação, do grupo Ilú Obá De Min, a partir de uma das áreas de refeições.



(Fotografia do autor feita em 23/10/2022).

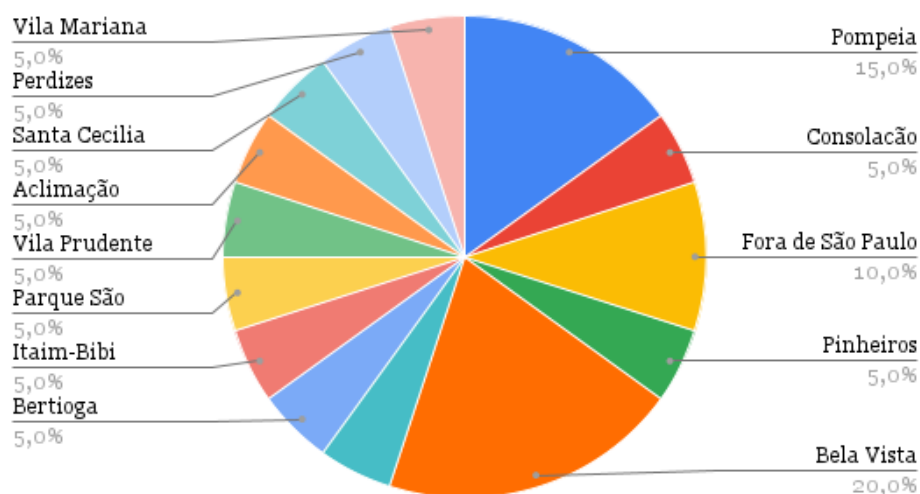
Quanto a idade, resultados variados foram encontrados, desde pessoas com cerca de vinte anos até indivíduos na faixa dos sessenta, com bastante heterogeneidade quanto aos grupos, que frequentavam sozinhos, em casais, famílias inteiras e grupos de amigos.

Ao questionar a escolaridade dos visitantes, encontramos que a maior parte detém ensino superior completo, chegando inclusive a níveis de pós-graduação, com apenas dois dos vinte entrevistados tendo apenas o ensino médio completo.

O que vemos é uma camada de indivíduos que busca entre formas institucionais e diretas, sobreviver no espaço urbano da metrópole de São Paulo, encontrando-se com outra camada, provavelmente com rendas mais altas, porém que simpatiza com a luta diária dos mais precarizados. Essa hipótese é corroborada ao analisarmos os bairros de origem e o tempo de deslocamento dos visitantes, com sua maioria não ultrapassando os vinte minutos de trajeto, seja ele de carro, bicicleta ou até mesmo a pé, além da maioria dos visitantes entrevistados serem de bairros com maior poder aquisitivo.

Figura 6: gráfico com a origem dos visitantes da ocupação 9 de Julho.

Origem dos visitantes



(Elaborado pelo autor)

Esse dado mostra como o MSTC tem sido eficiente em se mostrar como um ator relevante do espaço do centro, disputando com o Estado, o mercado imobiliário e outros atores, o discurso sobre o que deve ser o espaço da cidade.

Quanto a como conheceram a ocupação, as respostas são mais diversas: nesse ponto temos amigos que a visitaram anteriormente, conhecidos que atuam no MSTC ou em parceria, eventos culturais e o filme *Era uma vez o Hotel Cambridge*. Este último é relevante ressaltar pois trata-se de uma produção cinematográfica que retrata outra ocupação do MSTC, o antigo hotel Cambridge, edifício de luxo e que em certo momento foi abandonado. O movimento conduziu sua ocupação, conseguindo sua reforma e uso, e o filme narra, de forma a misturar ficção e documentário, o cotidiano do lugar, servindo como um instrumento de luta e divulgação do movimento⁴, o que se mostrou como efetivo, dada a presença de indivíduos que conheceram o MSTC por ele.

Outra resposta importante é sobre a ocupação da Fundação Nacional de Artes, ou FUNARTE, processo que diversos coletivos culturais e movimentos

⁴ ESCOREI, Eduardo. *Era o hotel Cambridge - um filme extraordinário*. Piauí, [S. l.], p. 1-2, 30 mar. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/era-o-hotel-cambridge-um-filme-extraordinario/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

sociais, inclusive o MSTC, ocuparam a sede da FUNARTE para protestar contra o fim do Ministério da Cultura em 2017, período do governo de Michel Temer, responsável por executar uma intensa política de austeridade fiscal (SOARES e LAPPICY, 2016). Novamente, o movimento encontra-se no palco das disputas por uma sociedade mais justa, indo muito além apenas da moradia, seu objetivo inicial, mas ampliando sua luta para uma perspectiva de cidadania completa.

Entre as respostas quanto ao que os visitantes mais gostam na ocupação estão: “almoçar e acompanhar a Carmen Silva”; “ficar próximo daquilo que acreditam”; “convivência, encontrar pessoas que pensam parecido, comida boa, lugar de conforto e acolhimento”; “uma luta que nos une”, “encontramos os nossos aqui”; “sensação de pertencimento, de estar em casa”; “comida e o jeito familiar do lugar, de encontrar sempre as mesmas pessoas”; de tudo, da organização, da comida, da bebida, da música”; “a capacidade de organização do movimento”; “o espaço acolhedor”; “o ateliê de artes com as crianças”; “o encontro, poder colaborar quando posso”; “ser uma ocupação em si, a comida e as pessoas”; “a organização”; “horta e a cozinha”; “a organização, a horta, a integração com a natureza”; “o lugar e as pessoas são agradáveis”; “o ambiente e a horta”; “o engajamento social”; “a Integração entre comida, cultura e alinhamento político”.

Quanto ao que mais gostam, a resposta é de suma importância, pois indica a principal razão pela qual os visitantes retornam à ocupação. É muito significativo que a principal resposta tenha sido a sensação de acolhimento, pertencimento, o espaço do encontro de ideias semelhantes, e não os eventos ou até mesmo a ideia de a ocupação ser um espaço de disputa. O que impulsiona esse território para além de seus muros é sua capacidade ser um afetuoso aglutinador de lutas políticas. Importante ressaltar que a comida também é uma resposta recorrente, o que corresponde ao fato de que os almoços são a principal atividade da ocupação atualmente.

Quanto aquilo que consideram mais importante, há uma multiplicidade de opiniões. É necessário diferenciar as questões seis e sete, disponíveis em anexo, já que na primeira o que analisamos é o aspecto emocional dos visitantes, isto é, os objetos e ações capazes de proporcionar sentimentos que lhes impactem positivamente naquele espaço. A questão sete que vemos agora busca pensar

qual é o elemento que racionalmente consideram mais importante na 9 de Julho. Aqui, novamente o aspecto do pertencimento aparece, junto também da capacidade organizativa do MSTC.

Por fim, os visitantes foram questionados quanto a sua participação em partidos, movimentos sociais ou coletivos políticos, sendo o resultado um baixo nível de participação direta nessas organizações, restringindo-se apenas a afinidade com partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialismo e Liberdade, movimentos sociais, como o MSTC, o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, e a participação em coletivos de cultura.

Figura 7: Partidos e coletivos que os visitantes atuam ou simpatizam diretamente.

Partidos ou coletivos	Número de respostas
Simpatia com PT	5
Sem participação ou simpatia por organização	5
Coletivo cultural de arte parceiro do MSTC	2
Simpatia com MST	2
Movimento LGBT	1
Coletivo feminista	1
Simpatia com PSOL	1
Partidos de esquerda no geral	1
Organização do terceiro setor	1
Coletivo de saúde	1
Coletivo Paulo Freire	1

(Elaborado pelo autor em 01/12/2022)

Conclui-se com essa informação que apesar de agregar diversos movimentos, o público que frequenta a ocupação 9 de Julho caracteriza-se como politicamente interessado, mas não necessariamente organizado, tendo estes partidos e grupos como referência, não atuando internamente em suas políticas. O

Partido dos Trabalhadores foi o único com presença de filiados, além da participação de integrantes de coletivos de cultura.

O que se encontra nesta análise é como o Movimento dos Sem-Teto do Centro consolidou-se como um instrumento de luta para uma cidadania plena na cidade de São Paulo, tanto para aqueles que o compõem diretamente, quanto para aqueles que interagem com o mesmo. A partir de uma estrutura de decisões horizontais, ainda que com a emergência de lideranças, suas ações em brigadas colaborativas, da politização de seus membros e da complexa rede de contatos e cooperações que teceu, direitos tornam-se possíveis e outras formas de relação social surgem no horizonte.

A estrutura de um movimento social como o que estudamos desarma a perspectiva eleitoreira de que ser um bom cidadão seja estudar para votar nos candidatos certos, mas sim, possibilita que os próprios indivíduos estejam sempre alertas para garantir e ampliar sua cidadania, constituindo dessa forma um cidadão verdadeiro (SANTOS, 2014, p. 105).

3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO

Neste capítulo faremos um estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, desde sua formação, expansão, percalços e contradições, sempre buscando evidenciar as maneiras que o movimento desenvolve para pensar as soluções para suas ocupações, ao mesmo tempo em que desenvolve uma reflexão sobre qual é o papel feito por um cidadão, de que forma ele busca seus direitos e quais são eles.

3.1 Formação, organização e lutas

Durante os anos 90, o país passa por uma liberalização da economia e por uma política de ajuste fiscal, principalmente com o governo de Fernando Henrique Cardoso que leva a frente uma agenda de privatizações e prossegue empobrecendo a classe trabalhadora. Neste período há pouco orçamento disponível pela União para investimentos, perpetuando a diminuição da renda entre os mais pobres, com perda real do valor dos salários, assim como o avanço do déficit urbano, que cresce cerca de 40% entre as famílias que ganham até dois salários mínimos entre 1991 e 2000.

Os movimentos de sem-teto são uma resposta para esse processo de pauperização dos trabalhadores, que passam a utilizar as ocupações como tática que busca tanto garantir um teto para aqueles que necessitam, quanto denunciar as contradições presentes no espaço urbano (FALCHETTI, 2019, p. 290). Apenas na cidade de São Paulo ocorreram 112 ocupações em imóveis e prédios desocupados, com 74,1% deles correndo na região do centro.

Entretanto, é necessário esclarecer o que configura um sem-teto já que pode haver a confusão sobre tratar-se apenas de pessoas em situação de rua. Aqueles que vivem como andarilhos ou sob a proteção de barracas e papelões são considerados sem-teto, mas há outras situações em que podemos encontrar essa denominação: o sem-teto também pode caracterizar o indivíduo que vive com sua família de favor na casa de parentes, ou pode ser aquele que tem uma habitação, mas para mantê-la consome parte expressiva de seu orçamento (BOULOS, 2015, p. 14). Em 2012, cerca de 22 milhões de pessoas encontravam-se nesta situação e 53 de milhões não encontravam em suas habitações condições básicas de

infraestrutura ou de serviços públicos sendo, portanto, impossível tratar a questão como uma simples exceção, constituindo uma problemática fundamental para compreender o território brasileiro (BOULOS, 2015, p. 50). Portanto, é possível separar o déficit habitacional em aspectos quantitativos e qualitativos, no primeiro caso enquadrando os que não têm moradia, e no segundo os que vivem em moradias inadequadas (PIRES, 2022, p.52).

Quando falamos do acesso ao trabalho, notava-se em 2007 que grande parte dos sem-teto eram desempregados que viviam através de bicos e trabalhos temporários, e trabalhadores informais, 47% e 27% respectivamente, em estudo feito em uma ocupação na zona sul de São Paulo com 5 mil famílias (BOULOS, 2015, p. 50), tendência essa que deve sofrer incremento em razão do processo de informalização que passa a classe trabalhadora dos últimos anos, com 21,2% do trabalhadores brasileiros estando na qualidade de informal em 2007⁵ e 39,7% em 2022⁶.

A composição salarial desse universo de trabalhadores era precária, com 65% com renda de até 1 salário mínimo e 32% com até 2 salários, o que explica a necessidade de buscar uma ocupação para morar, sobretudo combinada com o fato de que entre 2008 e 2014, o preço médio dos imóveis aumentou cerca de 88%, enquanto a renda per capita não ultrapassou os 18% (FALCHETTI, 2019, p. 120).

Ao longo do século XX, a população brasileira passou por um constante processo de urbanização de seu território, sendo sua taxa de 26,35% em 1940 e chegando a 77% de sua população vivendo em áreas urbanas em 1991 (SANTOS, 2008, p. 29). Com esse cenário, muitas famílias passam a buscar o MST mas não em busca de uma terra para plantar, mas sim trabalhadores do meio urbano que procuram auxílio para se manter frente às dificuldades do cotidiano, o que contribui

⁵ CONTRIBUIÇÃO para previdência cresce e trabalho informal cai em 2007, diz Pnad. *In*: G1. São Paulo, 18 set. 2008. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL764090-9356,00-CONTRIBUICAO+PARA+PREVIDENCIA+CRESCER+E+TRABALHO+INFORMAL+CAI+EM+DIZ+PNAD.html. Acesso em: 15 maio 2023.

⁶ BRASIL tem recorde de 39,307 milhões de informais no trimestre até agosto. *In*: Uol. Rio de Janeiro, 30 set. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>. Acesso em: 9 maio 2023.

para a criação de uma nova área de atuação. Construindo-se como um movimento separado, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto formaliza sua existência durante a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária para Brasília, compondo no mesmo ano a ocupação urbana Oziel Alves, junto de outros grupos, em Campinas, no estado de São Paulo (FALCHETTI, 2019, p. 84).

O MTST passa a encarar de maneira rotineira os percalços de conduzir um movimento social urbano, com os constantes despejos ocorrendo na Oziel Alves, o assassinato de seis militantes e com sua influência sendo disputada pelo tráfico de drogas. Esses fatos fizeram o movimento deixar a ocupação, passando a focar sua luta na Região Metropolitana de São Paulo, com ocupações em Guarulhos (ocupação Anita Garibaldi), Osasco (ocupação Carlos Lamarca) e São Bernardo do Campo (ocupação Santo Dias), no início dos anos 2000 (FALCHETTI, 2019, p. 86).

Importante ressaltar que a realidade dos sem-teto no Brasil está diretamente relacionada ao grande déficit habitacional do país. Dados de 2008 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que o déficit se encontrava em 5,546 milhões de habitações, isto é, mais de cinco milhões de habitações estão vazias, em sua maioria em ambientes urbanos (KRAUSE, et al, 2013, p.34).

Utilizando do conjunto destes dados, nota-se como os sem-teto se tornaram muito mais numerosos, principalmente nos grandes centros urbanos como São Paulo, onde os altos preços dos aluguéis constantemente empurram os trabalhadores para cada vez mais longe nas periferias. Boulos (2015, p. 14) nos diz que dentro das condições sugeridas, enquadrando as moradias de favor, barracos e aluguéis que não permitem a sobrevivência dos indivíduos, o número de sem-teto pode chegar aos 22 milhões no Brasil sendo, portanto, um problema que precisa ser radicalmente combatido. Além disso, ao esmiuçar os dados quanto ao número de imóveis vazios no Brasil, vemos que há cerca de 7,9 milhões de habitações vagos, sendo cerca de 80% presentes em áreas urbanas (PIRES, 2022, p. 54), o que novamente reforça a urgência de reformas no espaço urbano, com o remanejamento da população para essas habitações. Tal ação teria a capacidade de diminuir a lotação nos transportes público e individual, assim como

reduzir o tempo de deslocamento de parte dos trabalhadores, tendo assim acesso a melhor qualidade de vida.

Com as novas ocupações organizadas na região metropolitana de São Paulo, o MTST avança sua luta, incorporando uma importante tática a sua estratégia: a proximidade com grandes rodovias, como Santos Dumont, Bandeirantes, Anhanguera, Dutra, Raposo Tavares, Castelo Branco, entre outras. Essa proximidade tinha o duplo efeito de tornar a ocupação e o movimento como um todo extremamente visíveis a todos que por ali passavam, assim como de possibilitar a ação de travamento de vias, ato de grande impacto econômico e político pelo bloqueio do fluxo de mercadorias e pessoas (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL 2017, p.27). Além disso, outra tática de suma importância para a continuidade e maior eficiência do movimento foram os núcleos territoriais, organização de base com reuniões em locais públicos, mesmo em lugares onde não haviam ocupações, para um maior enraizamento do MTST, possibilitando diversas mobilizações (IBIDEM, p. 31).

Quanto à escolha dos locais onde seriam implementadas as ocupações, eram privilegiados os terrenos abertos, vazios, abandonados, seja pelo poder público, seja por proprietários privados, além de sempre haver o levantamento quanto aos valores devidos pela área ocupada registrada pelo IPTU (imposto predial e territorial urbano). Segundo o artigo 182 da Constituição Federal sobre a função social da propriedade, todos os terrenos e construções devem deter uma função social para sua existência de acordo com o plano diretor de seu município, ocorrendo a cobrança de IPTU quando essa função não é atendida, valor que progressivamente vai crescendo em caso de permanência da situação. Após cinco anos de cobrança de IPTU progressivo a situação deve mudar, ou ocorrerá a desapropriação do imóvel, mediante pagamento de títulos da dívida pública (SOUZA; JÚNIOR, 2023, v. XXVII, p. 360). Entretanto, tais dispositivos legais não são sempre utilizados, e muitas vezes são encontrados pelo movimento terrenos vazios que não pagam impostos há mais de quarenta anos. Assim, esse lugar é escolhido para a implementação de uma ocupação, onde o movimento dará prosseguimento com suas lutas. A ocupação tanto para a posse do terreno quanto para reivindicação de outro terreno para a construção de moradias populares são

caminhos possíveis para o MTST neste momento do processo de ocupação (PIRES, 2019, p. 49).

A estrutura das ocupações tem um desenho particular resultante da experiência ganha em seus anos de atuação. Dentro da ocupação, barracas são levantadas com lonas e madeiras, dando a entender o lugar como um acampamento, e não um loteamento perene, como a construção em barracos faz parecer. As barracas são levantadas em grupos ou “G’s”, onde cada G deve levantar uma cozinha, onde são servidas refeições todos os dias, tanto custeadas por doações de fora do movimento, quanto pelos próprios ocupantes. A cozinha é o ponto central de seu G, já que não se trata apenas de um local onde é distribuída comida, mas sim um ponto de encontro importante para a socialização dentro do movimento (SILVA, 2018, p. 116).

Cada G deve eleger um coordenador, responsável por repassar as informações e instruções dos movimentos para os ocupantes e o caminho inverso, encaminhar as demandas, conselhos e demais opiniões dos sem-teto para a estrutura do movimento como um todo. Os coordenadores também devem ser responsáveis por manter a organização do grupo, mediar conflitos internos, acompanhar a participação de seus membros em manifestações e a organização da própria cozinha (FALCHETTI, 2019, p. 263). Assim, há uma intensa rede de fluxos entre a base do MTST e sua coordenação. Dessa forma, os sujeitos chegam à ocupação em busca de uma moradia e lá encontram um grande campo de possibilidades que se abre, passando a lidar com a própria organização do movimento.

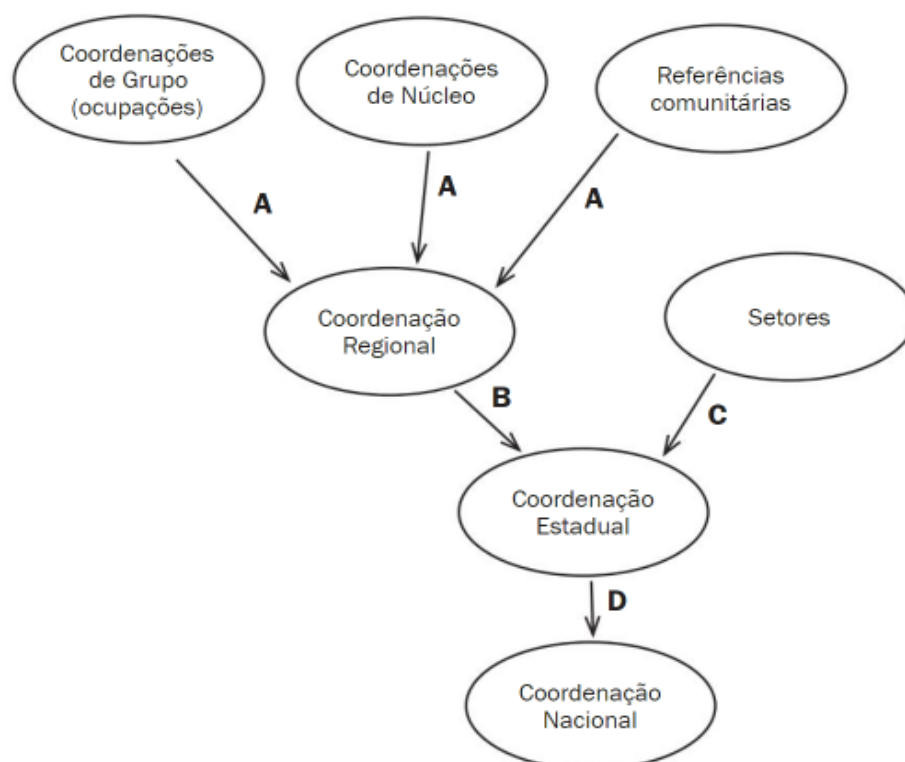
O movimento continua a paulatinamente se expandir pelo estado de São Paulo, atuando em Embu das Artes, Mauá, São Bernardo do Campo, Taboão, entre outras, passando por diversos despejos, ameaças, greves de fome e acorrentamentos. Em meio há tantos percalços, terrenos são concedidos e até mesmo apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, da modalidade Entidades, foram conquistados, segmentando um longo caminho de lutas, derrotas e vitórias (PIRES, 2019, p. 33).

Assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto passou os próximos vinte anos melhorando suas formas de organização, pouco a pouco estendendo

suas áreas de atuação para todo o território nacional. Ocupações são organizadas em novos estados, como Amazonas, Roraima, Rio de Janeiro, Tocantins, Ceará, Distrito Federal, entre outros, o que demonstra seu avanço no processo de capilarização pelo território nacional.

Aqui apresentamos um esquema retirado da Cartilha de Princípios do MTST que resume bem a organização interna do movimento, sendo importante reproduzi-la aqui:

Figura 8: Organização interna do MTST.



(Fonte: MTST, 2013, p. 8)

Portanto, a base do movimento vem de suas Coordenações de Grupo, responsáveis por cada G em uma ocupação, seguidas pelos Coordenadores de núcleo, responsáveis pela presença do movimento nos diferentes territórios (que podem ser encontrados também como Coletivos Territoriais), assim como lideranças comunitárias. Acima destes na organização interna do movimento temos as coordenações regionais, formadas pelos últimos três grupos, e os Setores (também conhecidos como Coletivos Organizativos), responsáveis pela organização da construção do movimento. Composta pelos dois últimos grupos

temos as Coordenações Estaduais, referentes a cada estado e composta por elas, a Coordenação Nacional.

Os Setores atuam não somente em uma ocupação, mas representam funções podendo atuar em várias, implementando estruturas, sistemas e atividades. Entre os setores podemos nomear os setores de comunicação, formação política, negociação, autodefesa, auto sustentação e finanças, comunicação e simbolismo e trabalho comunitário (PIRES, 2019, p. 41). Além disso, ao buscar em redes sociais, também são encontrados Coletivos de Saúde⁷, Hortas,⁸ Núcleo de Tecnologia⁹, Arte e Cultura¹⁰, todos exibindo atividades feitas em várias ocupações, principalmente no estado de São Paulo.

As manifestações ocorridas em junho de 2013 foram um importante marco para o cenário político nacional, em que diversos processos e movimentos que se consolidaram ao longo dos próximos anos tiveram seu início. Os grupos anticorrupção que caminharam para o que foi conhecido como lavajatismo tiveram seu primeiro grande momento de expressão, assim como a forte agremiação de grupos e demandas que conjuntamente expressavam a insatisfação da população com as condições de vida do momento. O que se conclui é a multiplicidade social do evento, com inúmeros atores e organizações ganhando expressão, atuando em contradição uns com os outros em uma disputa pelo protagonismo das manifestações e seus objetivos, já que com o passar do tempo, o consenso sobre o que estava sendo combatido, se perdeu, com o momento chegando a ser chamado de diversos “Junhos”, ou pelo menos, de diversas “multidões” (FERNANDES, 2019, p. 93).

Em meio a um sem número de personagens está o MTST, que naquele momento integrava as alas mais à esquerda radical das manifestações, junto com partidos, como o PSOL, PCB, PSTU e PCR, assim como outros movimentos

⁷ SAÚDE MTST. *In*: Instagram. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/saude.mtst/?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ%3D%3D>. Acesso em: 1 jun. 2023.

⁸ COLETIVO de Horta MTST SP. *In*: Instagram. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/hortaurbana.mtst/?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ%3D%3D>. Acesso em: 1 jun. 2023.

⁹ NÚCLEO de Tecnologia do MTST. *In*: Instagram. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://instagram.com/tecnologia.mtst?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ==>. Acesso em: 1 jun. 2023.

¹⁰ ARTE e Cultura MTST. *In*: Instagram. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://instagram.com/artecultura.mtst?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ==>. Acesso em: 1 jun. 2023.

sociais, como o MPL, Movimento Passe Livre, organização que inaugurou as jornadas em São Paulo, ainda com reivindicações contra o aumento da passagem de transportes públicos (FERNANDES, 2019, p. 93).

Nesse contexto de revolta e de busca por melhores condições de vida, milhares de famílias se lançaram em ocupações, organizadas ou não, pelo movimento, chegando a 14 apenas no bairro do Grajaú, entre junho e agosto de 2013. Diversas outras surgiram sob a bandeira do MTST, entre elas a ocupação Faixa de Gaza, em Paraisópolis, bairro da cidade de São Paulo (SIMÕES, CAMPOS, RAFAEL, 2017, p. 47).

A essa altura, o movimento torna-se cada vez mais nacional, não restando regiões onde não esteja presente. A ex-presidente Dilma, reeleita em 2014 com discurso de apelo popular, passa a implementar políticas de austeridade e uma série de privatizações, programa com mais semelhanças com o de Aécio Neves, candidato derrotado naquele ano. O MTST criticava fortemente essa postura, já que caracterizava uma mudança brusca com o que fora prometido.

Com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, executivo ligado ao banco Bradesco, uma série de medidas com o caráter de ajuste fiscal começam a ser tomadas, alterando regras em auxílios-doença, pensão por morte, seguro desemprego, entre outras (SIMÕES, CAMPOS, RAFAEL, 2017, p. 109). Além disso, cortes no orçamento de diversos ministérios foram feitos, diminuindo o grau de investimento do país, gerando um efeito cascata que fez cair drasticamente as metas de crescimento do país, chegando até mesmo à retração econômica de 3,8% em 2015¹¹.

Entretanto, quando o processo de impeachment se inicia, a posição do MTST muda, passando a ser de defesa da então presidente, pelo entendimento de que para aumentar ainda mais as políticas de austeridade, um processo injusto estava sendo implementado, abrindo caminho para Michel Temer, então vice-presidente. O impeachment é feito e o então vice assume o cargo de presidente da república.

¹¹ MENDONÇA, Heloísa. PIB do Brasil em 2015 encolhe 3,8% e confirma intensidade da recessão. In: El País. São Paulo, 4 mar. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/03/economia/1457005144_329272.html. Acesso em: 1 jun. 2023.

Já em 2016, durante a gestão de Michel Temer, cortes no programa Minha Casa, Minha Vida são feitos, especificamente no modelo Entidades, onde o MTST se encontra abarcado. Com esses cortes, não foram mais entregues moradias pela modalidade, impactando cerca de quarenta mil pessoas, apenas dentro do movimento (SIMÕES, CAMPOS, RAFAEL, 2017, p. 111). Portanto, nota-se um profundo impacto que as políticas de austeridade tiveram nas cidades brasileiras e por consequência, no MTST, já que o aumento do desemprego e a desaceleração da economia geram uma pauperização das condições de vida como um todo, aumentando o número de sem-teto.

3.2 Horizontes políticos, táticas e estratégias do MTST

Com o passar dos anos sempre mobilizado frente aos ataques sofridos em suas principais pautas, o MTST dá um novo salto em 2018, com a candidatura de Guilherme Boulos, coordenador nacional do movimento, à presidência da república, junto de Sônia Guajajara, importante liderança indígena como vice. Os dois saem pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do qual Sônia era filiada desde 2011 e Guilherme passa a se filiar durante o processo de construção da chapa. Propondo ser uma alternativa à esquerda para a polarização entre o Partido dos Trabalhadores e Jair Bolsonaro (polarização esta que teve o segundo como vencedor nas urnas depois que o ex-presidente Lula fora preso e impedido de concorrer), a candidatura de Boulos e Sônia foi a menos votada da história do PSOL em eleições presidenciais, com 0,58% dos votos válidos, ou pouco mais de 600 mil votos¹².

Entretanto, o principal feito da eleição para o MTST foi estar ainda mais presente nos debates do cenário nacional, passando a ser elemento muito mais comum nas discussões do debate político. Assim, já como membro do PSOL, Boulos e membros do MTST fundam uma corrente dentro do partido, a Revolução Solidária, buscando pautar seus debates quanto à construção de uma sociedade com menos desigualdades e que inexista qualquer tipo de opressão, como o racismo, o machismo e a lgbtfobia¹³.

¹² FREIRE, Diego. O salto de Boulos: de presidenciável menos votado do PSOL a 40% dos votos em SP. In: CNN Brasil. [S. l.], 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/o-salto-de-boulos-de-presidenciavel-menos-votado-do-psol-a-40-dos-votos-em-sp/>. Acesso em: 8 maio 2023.

¹³ QUEM somos. In: Revolução Solidária. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.revolucaosolidaria.net/quem-somos>. Acesso em: 8 de maio 2023

A influência do movimento dentro da Revolução Solidária se nota inclusive dentro de seu manifesto:

Nosso movimento tem referência no trabalho popular e periférico do MTST, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, dos camelôs, feirantes, precarizados, informais. Nas lutas das mulheres, negros e negras, lgbs, povos indígenas e da floresta. Na combatividade de mandatos que resistem nos parlamentos tão dominados pelo atraso. Na luta pela ciência, pela cultura, educação e saúde. No combate à fome e em defesa do meio ambiente¹⁴.

No manifesto vemos não somente a relação entre os dois movimentos, em que a Revolução Solidária denomina o MTST como uma referência ou inspiração, mas vemos também a ampliação do espectro de lutas presente aqui. Notando que o foco apenas nas reformas urbanas e a luta pela moradia não era o bastante para superar as contradições presentes na realidade do capitalismo do século XXI, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto torna-se ele mesmo um agente da política institucional, buscando ser uma referência para um outro projeto de sociedade.

Cabe aqui uma breve explicação: o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é o que se conhece como partido de tendências, isto é, um partido que atua como uma conjugação de diversas organizações que dividem uma pauta mínima comum, ainda que disputem a hegemonia interna do partido para implementação de seu programa total. Seguindo esse modelo, o PSOL tem inúmeras correntes ou tendências (como são chamadas essas organizações internas), que passam a traçar entre si alianças, frentes, grupos e toda a sorte de métodos para constituir a maioria do partido (FERNANDES, 2019, p. 186).

Com a entrada do movimento na política institucional, através de sua corrente partidária e da disputa por cargos eleitorais, o MTST tende a se consolidar como um dos maiores movimentos sociais do país, junto com seu irmão, agora mais distante, MST.

Em 2020, na disputa pela prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, coordenador nacional do movimento, colocou seu nome na disputa, acompanhado da ex-prefeita da cidade, Luíza Erundina, como sua vice. Ao contrário do que foi feito em 2018, em que sua candidatura parecia mais servir como uma forma de divulgação de ideias, atraindo novas pessoas para o partido ao mesmo tempo que

¹⁴ MANIFESTO. In: Revolução Solidária. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.revolucaosolidaria.net/manifesto>. Acesso em: 8 maio 2023.

coloca em voga o nome de Boulos, em 2020 a disputa foi feita com reais chances de vitória, com o candidato do PSOL chegando a ir para o segundo turno beirando os 1,1 milhão de votos na primeira etapa e passando os 2,1 milhões na segunda¹⁵.

Segundo reportagem do site Uol, Boulos diz:

O movimento social sozinho não conseguia resolver o problema de todas as pessoas. Que a gente precisa ter a caneta na mão, brigar para que isso fosse uma política pública, não só uma luta dos movimentos...¹⁶

Ou seja, segundo seu coordenador nacional e principal liderança política, o MTST é incapaz de resolver as contradições vividas pela sociedade brasileira e por isso, necessita do poder da máquina estatal para alcançar seus anseios. Entretanto, Boulos novamente não foi eleito em 2020, ainda que tenha feito uma apertada disputa com o candidato Bruno Covas no segundo turno, que saiu vencedor.

Para o objetivo desta pesquisa, isto é, o estudo dos movimentos de moradia como forma de se encontrar e exercer a cidadania, o movimento tem essencial valor, já que busca ter um base territorial forte através de suas ocupações, que como não deve ser esquecido, são o principal do MTST. Ao mesmo tempo, esta organização cria laços cada vez mais estreitos com a política institucional através de filiações, candidaturas e presença em cargos dentro de governos.

Além de Boulos, outra militante que é importante ser destacada, esta eleita, é Ediane Maria, que assumiu o cargo de deputada estadual da Assembleia Legislativa de São Paulo após as eleições de 2022. A parlamentar, também pela Revolução Solidária do PSOL, fora antes disso, coordenadora do movimento e empregada doméstica, trabalho com que sustentava os quatro filhos como mãe solo. Ediane veio de Floresta, cidade no interior de Pernambuco, ainda aos dezoito anos com a vontade de voltar para casa como professora. Entretanto, não conseguiu muitas oportunidades, ficando restrita ao trabalho de empregada

¹⁵ MESMO derrotado em SP, Boulos dobrou votação entre 1º e 2º turnos ... *In*: Uol: Eleições 2020. Brasília, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/30/mesmo-derrotado-em-sp-boulos-dobrou-votacao-entre-1-e-2--turnos.htm>. Acesso em: 7 maio 2023.

¹⁶ LOPES, Nathan. Boulos perde, mas desempenho tem "gosto de vitória". *In*: Uol. São Paulo, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/29/boulos-resultado-eleicao-prefeitura-sp.htm>. Acesso em: 8 maio 2023.

doméstica e a viver em um cômodo apertado. Conhece o MTST ao buscar leite para seus filhos no programa social “Leve Leite” e encontrar na fila uma militante que lhe fala sobre o movimento. Assim, Ediane integra os trabalhadores sem-teto, com o passar do tempo chegando ao posto de coordenadora. Ediane entra no movimento como uma pessoa indignada com sua situação, e a organização do movimento passa a lhe dar um norte: é organizando as pessoas para que elas possam lutar e conseguir seus direitos que melhores condições de vida são alcançadas (RAMOS, 2023).

Novamente nos atentamos ao fato de que a moradia é a porta de entrada para uma série de outros direitos. A busca é pela moradia digna, que se torna a busca por não morar há horas de distância do trabalho, que por sua vez se torna a luta pelo transporte público de qualidade e pela reforma urbana, pela utilização de imóveis vazios em regiões centrais, por exemplo.

O Brasil teve um grande crescimento das taxas de insegurança alimentar e fome durante os anos dos governos Temer e Bolsonaro, e principalmente durante a pandemia de COVID-19, nos anos de 2020, 2021 e 2022, portanto, apesar de não ser diretamente relacionado com a moradia, um dos principais trabalhos empreendidos pelo MTST foi a inauguração das Cozinhas Solidárias, isto é, estruturas em que refeições são preparadas para doação a todos que buscarem, sendo servidas diariamente e custeadas unicamente por doações.

Os militantes sabem que não somente a moradia é o problema, mas também a fome, o desemprego e a miséria. Por isso, um dos projetos de Ediane é tornar as Cozinhas Solidárias não somente uma estrutura feita por doações, mas uma política pública de combate à fome e à insegurança alimentar. Segundo Pires (p.44, 2022), a vida em uma ocupação transforma a postura de seus moradores, de passividade e individualismo para a coletividade do trabalho, em que apenas avidamente lutando por seus direitos é que eles são conquistados.

3.3 Cidadania ativa (ou poder popular)

Pires fez um extenso trabalho sobre a Ocupação Povo Sem Medo, na cidade de São Bernardo do Campo, a segunda maior da América Latina, com mais de oito mil famílias de sem-teto. Nele, a autora esboça o que chama de cidadania ativa para descrever o processo de conscientização e mobilização dentro das

ocupações do movimento, onde os sujeitos, ao não serem alcançados por seus direitos garantidos legalmente, devem ativamente reivindicar e lutar por eles (PIRES, 2022, p.78). Aqui se traça uma relação contraditória, em que é travada uma batalha para que os direitos de todos os indivíduos sejam respeitados, ao mesmo tempo em que desafia as próprias instituições que as garantem, firmando resistência e ofensiva (IBIDEM, p. 79).

Tal cidadania só pode ser encontrada por meio do coletivo que se forma no bojo de uma ocupação, onde os sujeitos mais diversos compartilham do mesmo espaço com um objetivo em comum, tendo de superar através de sua própria organização, os desafios cotidianos para chegar ao fim proposto. Como consequência, Pires nota em uma de suas visitas à Ocupação Povo Sem Medo, um comentário frequente entre os sem-teto: seu desejo de permanecerem unidos, mesmo após conseguirem suas próprias moradias. Ainda que aceitem que isso pode não ocorrer, o desejo permanece, já que ali não há somente a busca por interesses individuais, mas como dizem os coordenadores da ocupação em reunião com os líderes do movimento, há o sacrifício de todos por uma luta coletiva (PIRES, 2022, p. 37).

Cria-se um ciclo, em que militante encontra movimento, é transformado e transforma-o, impactando a realidade e criando novos exemplos. Segundo Pires (2022) e Boulos (2017), há cinco aspectos a serem trabalhados quando se busca uma cidadania ativa: a ampliação das relações sociais, o acolhimento, o resgate da autoestima, o vínculo de solidariedade e o sentimento de pertencimento.

Quanto as moradias dignas, objetos tão presentes no imaginário cotidiano das ocupações, é importante trazer uma reflexão: uma habitação que conserva todos os seus direitos deve incluir a segurança de sua posse, a habitabilidade, a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e um custo acessível, como nos esclarece Rolnik (2012, p. 6) em seu guia “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”. Assim, temos uma teia muito mais complexa de elementos que compõem a plena dignidade que uma habitação deve ter, estando muito além de apenas ter um teto. Ou seja, a moradia de fato é um ponto de partida para a aquisição de muitos outros direitos, já que

apenas com eles vamos a questão de um modo completo (PIRES, 2022, p.62). Ao passar a abranger outros aspectos da vida política, além do papel como movimento social, mas também como representantes eleitos na política institucional, o MTST passa a ter mais mecanismos para alcançar todas as características citadas nas habitações que almeja.

A responsabilidade quanto ao combate ao déficit habitacional é da União, Estados e Municípios, devendo todas essas instâncias trabalharem em políticas públicas que busquem minimizar o problema. Ações como o Minha Casa, Minha Vida, principal política de habitação dos governos petistas, são de suma importância, entretanto, é importante ressaltar uma questão: tal programa não era de pura ação do Estado, em seu planejamento e aplicação, mas das empreiteiras contratadas pelo mesmo. Portanto, para baratear os custos, era muito comum que grandes condomínios de casas fossem construídos em áreas distantes dos centros urbanos, com poucos aparelhos urbanísticos e muito longe da ideia que vimos previamente com Rolnik, pelos menores custos que as obras passariam a ter (BOULOS, 2012, p. 39). Assim, após a construção das novas moradias, toda uma nova rede de equipamentos como linhas de transporte, escolas, creches, postos de saúde, entre outros, deveriam ser implementados, responsabilidade essa assumida pelo poder público. Tal fenômeno passa a corroborar o expansionismo das áreas urbanas brasileiras, não tocando na questão dos grandes vazios que existem nas principais metrópoles do país. Assim, pouco discutindo as razões que criam os sem-teto, as políticas de habitação tornam-se insuficientes, já que se aproximam muito mais de parte de um ciclo sem solução (PIRES, 2022, p. 70).

Outros programas foram feitos antes disso, como o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), onde recursos eram captados de cadernetas de poupança e financiamentos eram feitos a juros abaixo do valor cobrado pelos bancos privados, porém com prestações altas. Esse momento acabou privilegiando muito mais as classes alta e média para a garantia de moradia, deixando de fora os trabalhadores mais pobres que certamente eram os que deveriam ter maior prioridade. Assim, o problema habitacional não cessou para esses sujeitos, que continuaram a resolver a falta de moradia de outras formas: buscando abrigo na casa de parentes, construindo cômodos no terreno de outro familiar, ou ocupando terrenos públicos (PIRES, 2022, p. 70).

Quando o Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009, após a crise financeira de 2008, que atingiu fortemente o setor de hipotecas dos Estados Unidos, a política se propôs a construir cerca de um milhão de casas, não ultrapassando os 20% destinados à baixa renda. Após isso, é incluída a faixa de baixíssima renda, subsidiada, agora sim atingindo os grupos de maior vulnerabilidade social. Depois de mobilizações de movimentos sociais, a modalidade Entidades é criada, sendo esta a mais utilizada pelo MTST.

Nesse modelo, em vez de haver uma relação direta entre os beneficiários do programa e o governo federal, através do banco Caixa Econômica Federal, organizações sem fins lucrativos, associações, sindicatos, movimentos sociais entre outras formas de agrupamentos privados, entram com pedidos coletivos de recursos para a construção de moradias. Aqui, a entidade deve ter previamente a posse do terreno onde haverá a construção, seja através de compra, seja através de doações feitas pelo poder público (JESUS, 2015, p.258).

Temos aqui um ponto crucial já que, a existência desse terreno previamente em posse da entidade é sempre uma questão impeditiva para seu avanço dentro do programa, sendo constantemente apontado como equivocado e de mudança necessária. Mais uma vez, é aqui que as ocupações se revelam necessárias, já que estas não são simples espaços de moradia, mas expressão de uma contestação ao poder público. A existência de uma ocupação vai contra a noção de propriedade privada que rege a maior parte da sociedade contemporânea, sendo um importante instrumento de protesto contra as mazelas sociais presentes nos espaços urbanos. A “solução” para uma ocupação é que ela não exista e o MTST tem também esse objetivo, desde que o poder público faça garantias em troca. Seja a doação de terrenos públicos para o movimento para a construção de moradias, seja através da garantia em programas habitacionais, o objetivo da ocupação é único: fazer a população ser ouvida.

O ato de ocupar é uma forma de exercício da cidadania ativa porque envolve a atuação direta dos sem-teto e pretende, justamente, confrontar o Estado e seus poderes legislativo, executivo e judiciário. “Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores” (MTST, 2017). Afinal, se por um lado existe um conjunto de leis que garante o direito à moradia como visto no capítulo anterior, bem como mecanismos que façam com que a função social da propriedade seja cumprida, por outro lado há a manipulação na aplicação de tais leis por parte do poder judiciário e a não aplicação dos

instrumentos que obrigam que seja dada função social a propriedade privada. Portanto, é como se só existisse o direito de propriedade privada, pois o único argumento apresentado é o de que invasão é um ato ilegal. De acordo com Boulos (2014, p.81) “nem sempre a lei é legítima e nem sempre a ilegalidade é ilegítima”. (PIRES, 2022, p. 81-82)

Aqui, portanto, não há espaço para uma cidadania passiva, que espera pacientemente que seus direitos sejam respeitados, mas sim uma cidadania combativa, em que os direitos devem ser garantidos pelo Estado nem que o sejam pelo embate.

Ao falar das transformações empreendidas no cotidiano das ocupações, no modo coletivo com que espaços são geridos e conflitos são resolvidos, temos o que Boulos (2012, p.63) chama de fazer a reforma urbana com as próprias mãos, isto é, tirar das mãos do Estado as mudanças materiais e imateriais que ocorrem na sociedade. Sua organização a nível de movimento nacional e dentro das ocupações tem forma constante de tensão com o poder estatal, ainda que em muitos aspectos, dependa dele.

[...] nossa luta é muito mais ampla do que a conquista por um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores.

Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. (MTST, 2013, p. 3).

O MTST define o poder popular como a forma com que os trabalhadores têm de transformar a realidade, podendo contar apenas com ele. Entretanto, esse poder se confunde com a cidadania ativa nos aspectos em que tensiona com o Estado pela sua presença. Quando utiliza da organização popular para cobrar dos órgãos públicos por direitos, está tanto utilizando de sua própria força quanto reivindicando que outro também exerça seu poder. Assim, quando exerce seus ideais em forma de ação, acaba criando uma complexa maneira de reprodução social que fortemente enriquece as periferias do país, sistematizando um outro tipo de organização que permite que a população se imponha às ineficiências e ataques do Estado e do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de moradia estão entre os principais grupos que buscam organizar a população brasileira em torno da busca por dignidade nos espaços urbanos. Esta pesquisa buscou dois desses atores, evidenciando suas diferenças e semelhanças, mas acima de tudo, suas contribuições para o desenvolvimento de uma verdadeira cidadania, buscada a tanto tempo pela nação brasileira.

O país vive um enorme déficit habitacional, mantendo milhões de famílias vivendo nas ruas, barracos ou muito aquém do que se pode considerar digno. Encontrar quais os meios que os movimentos sociais de moradia têm de combater essa mazela, se opondo tanto ao poder estatal quanto à especulação imobiliária, é essencial para que esses métodos se espalhem, disseminando a luta por uma cidadania efetiva.

Os movimentos sociais estudados, Movimentos dos Trabalhadores Sem-teto do Centro e Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, contribuíram muito para esta discussão, mostrando como sua variedade de estratégias pode contribuir para o alcance de seus objetivos. No caso do MSTC, sua estratégia de tornar a luta por moradia não apenas uma questão pertinente de seus militantes, mas também de toda a população do entorno, tornando a Ocupação 9 de Julho um polo cultural para a região do centro é de notável importância, por ser uma tática muito efetiva para a permanência da mesma e acolhimento de suas demandas pela comunidade do entorno. Nela, toda uma rede de lutas é travada, com inúmeros grupos, sujeitos e temas participando ao mesmo tempo em inúmeras frentes, ainda que em um espaço festivo e acolhedor.

Por ser um movimento de atuação mais restrita, não saindo do centro de São Paulo, tem baixa capacidade de subir a política institucional por meio de cargos no executivo e legislativo, já que sua presença é muito concentrada no seu território e arredores. Sua participação é maior como palco de atividades importantes e na participação em conselhos municipais. A virada mais ao centro do espectro político de sua principal liderança, revela como o movimento trabalha com certa fluidez para manter seu espaço e suas demandas de pé, podendo buscar parcerias tanto em outros movimentos sociais, quanto no próprio Estado e no setor privado.

O movimento busca em sua forma de organização horizontalizada, brigadas e condições para sua participação, criar relações sociais de colaboração entre os pares, trazendo à tona as responsabilidades de cada um em construir o movimento, participando de uma estrutura maior que o próprio indivíduo, ainda que sejam os direitos do indivíduo a serem buscados no cotidiano. A busca pela cidadania é feita quando os membros das ocupações se informam sobre sua própria situação, quando em sua vivência rotineira as razões das mazelas que sofrem surgem, assim como as formas de se contrapor, criando a dinâmica cidadã que buscamos neste trabalho.

O MTST, da mesma forma, desenvolve tanto na estrutura nacional de seu movimento, quanto na estrutura interna de cada uma das ocupações que se espalham pelo país, maneiras de alcançar uma verdadeira cidadania para a população sem-teto. As outras formas de sociabilidade que ocorrem nas ocupações, por meio da construção coletiva em todos os momentos, assim como a formação dentro da luta pela moradia, resultam em uma cidadania ativa, que busca se impor frente às injustiças do cotidiano, sem nunca se minimizar pela sua situação de marginalidade.

O trabalho aqui apresentado é apenas um tijolo na construção dessa análise, sendo necessário investigações mais minuciosas em múltiplos aspectos, como uma investida mais profunda no cotidiano das ocupações, maior aprofundamento no contexto de poder popular reivindicado pelo MTST, mas que aparece muito pouco no MSTC, o que revela a falta de consenso quanto aos horizontes políticos defendidos pelos movimentos de moradia, assim como uma busca acerca do papel da política institucional nesse cenário, já que os dois movimentos estão dentro dela em instâncias distintas e parecem ter longos caminhos a percorrer dentro delas.

Entretanto, vimos neste trabalho que os movimentos sociais de moradia são exemplos para o desenvolvimento de uma cidadania plena nas cidades brasileiras, sendo essencial sua defesa por todos que desejem um país com cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CONSTRUÇÃO do Centro de São Paulo como Arena Política dos Movimentos de Moradia. *In*: AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. 6. ed. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1556>. Acesso em: 31 out. 2022.

ARTE e Cultura MTST. *In*: Instagram. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://instagram.com/artecultura.mtst?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ==>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL tem recorde de 39,307 milhões de informais no trimestre até agosto ... -
Veja mais em
<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm?cmpid=copiaecola>.
In: Uol. Rio de Janeiro, 30 set. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>. Acesso em: 9 maio 2023.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?**: uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015. 128 p.

CANDIDATOS a vereador em São Paulo: Carmen Silva 13300. *In*: Diário Cidade : Eleições 2020. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.diariocidade.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/candidatos/vereador/carmen-silva-13300/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

COLETIVO de Horta MTST SP. *In*: Instagram. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/hortaurbana.mtst/?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ%3D%3D>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CONTRIBUIÇÃO para previdência cresce e trabalho informal cai em 2007, diz Pnad. *In*: G1. São Paulo, 18 set. 2008. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL764090-9356,00-CONTRIBUICAO+PARA+PREVIDENCIA+CRESCE+E+TRABALHO+INFORMAL+CAI+EM+DIZ+PNAD.html. Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, F. C. . Transportes e os Padrões Espaciais de Expansão Urbana: a configuração da cidade de São Paulo. In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina: caminando en una América Latina en transformación, 2009, Montevideo. 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina: caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: Imprenta Gega, 2009. v. 5. p. 71-72.

ESCOREI, Eduardo. Era o hotel Cambridge - um filme extraordinário. Piauí, [S. l.], p. 1-2, 30 mar. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/era-o-hotel-cambridge-um-filme-extraordinario/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FALCHETTI, Cristhiane. Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade. Orientador: Prof. Dr. Ruy Braga. 2019. 313 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FERNANDES, Sabrina. Sintomas Mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 380 p.

FREIRE, Diego. O salto de Boulos: de presidenciável menos votado do PSOL a 40% dos votos em SP. In: CNN Brasil. [S. l.], 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/o-salto-de-boulos-de-presidenciavel-menos-votado-do-psol-a-40-dos-votos-em-sp/>. Acesso em: 8 maio 2023.

GONÇALVES, Jean Pires de Azevedo. Ocupar, resistir, construir, morar. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-10122012-102013. Acesso em: 2022-11-17.

_____. Ocupar e resistir: problemas da habitação no centro pós-moderno (SP). 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-25062007-152932. Acesso em: 2022-11-17.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente. Companhia das Letras, São Paulo, 2013.

JESUS, Patrícia Maria de. O programa Minha casa minha vida entidades no município de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-16062015-141838. Acesso em: 2023-06-20.

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 204 p.

_____. (2013). Cortiços: a humilhação e a subalternidade . Tempo Social, 25(2), 49-77.

KRAUSE, Cleandro; Balbim, Renato; Neto, Vicente Correia Lima (2013): Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional? Texto para Discussão, No. 1853, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

LOPES, Nathan. Boulos perde, mas desempenho tem "gosto de vitória". In: Uol. São Paulo, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/29/boulos-resultado-eleicao-prefeitura-sp.htm>. Acesso em: 8 maio 2023.

MANIFESTO. In: Revolução Solidária. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.revolucaosolidaria.net/manifesto>. Acesso em: 8 maio 2023.

MENDONÇA, Heloísa. PIB do Brasil em 2015 encolhe 3,8% e confirma intensidade da recessão. In: El País. São Paulo, 4 mar. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/03/economia/1457005144_329272.html. Acesso em: 1 jun. 2023.

MESMO derrotado em SP, Boulos dobrou votação entre 1º e 2º turnos ... In: Uol: Eleições 2020. Brasília, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/30/mesmo-derrotado-em-sp-boulos-dobrou-votacao-entre-1-e-2--turnos.htm>. Acesso em: 7 maio 2023.

MEYER, Regina Maria Prosperi e GROSTEIN, Marta Dora e BIDERMAN, Ciro. São Paulo metrópole. São Paulo: EDUSP / IMESP. Acesso em: 31 out. 2022, 2004.

MONTE-MÓR. R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil em: Diniz & Crocco (Orgs). Economia regional e urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

NAGIB, Gustavo. Agricultura Urbana como Ativismo na Cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2018. 226 p.

NÚCLEO de Tecnologia do MTST. In: Instagram. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://instagram.com/tecnologia.mtst?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ==>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PARA FORTALECER agenda antirracista, PSB integra "Quilombo dos Parlamentos". In: Autorreforma PSB. [S. l.], 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.autorreformapsb.com.br/para-fortalecer-agenda-antirracista-psb-integra-quilombo-dos-parlamentos/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PETRONE, P. A cidade de São Paulo no século XX. Revista de História, [S. l.], v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v10i21-22p127-170. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>. Acesso em: 26 out. 2022.

PIRES, Cecília Bojarski. Cidadania ativa e direito à cidade: um estudo empírico sobre a Ocupação Povo sem Medo de São Bernardo do Campo (SP). Orientador: Pedro Curvello Saavedra Avzaradel. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Programa de Pós – Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

QUEM somos. In: Revolução Solidária. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.revolucaosolidaria.net/quem-somos>. Acesso em: 8 maio 2023.

RAMOS, Beatriz Drague. Do MTST para a Alesp, Ediane Maria espera que 'moradia não seja sonho, mas direito'. In: Brasil de Fato. São Paulo, 2 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/02/do-mtst-para-a-alesp-ediane-maria-esp-era-que-moradia-nao-seja-sonho-mas-direito>. Acesso em: 7 maio 2023.

RODRIGUES, Paula. GENTE QUER CASA: Carmen Silva saiu da Bahia, morou nas ruas de São Paulo e há 24 anos luta para que todos tenham moradia. In: Uol. [S. l.], 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadores-carmen-silva/#cover>. Acesso em: 5 set. 2022.

ROLNIK, Raquel (org.). Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? São Paulo: Labcidade - Fauusp, 2012. 32 p. Disponível em: <http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

_____. O Espaço do Cidadão. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 170 p.

SAÚDE MTST. In: Instagram. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/saude.mtst/?igshid=NTc4MTlwNjQ2YQ%3D%3D>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST. Revista Nera, Presidente Prudente, n. 36, p. 178-195, 2017.

_____. Sobre lutas e lutas: análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST nas regiões de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016). Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2018. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, [S. l.], 2018.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. MTST 20 anos de história: luta, organização. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 127 p.

SOARES, M. DE P.; LAPPCY, P. Ocupação Funarte. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n.18, 24 jun. 2016.

SOUZA, Vitor Ferreira de; JÚNIOR, Lourenço Magnoni. Os instrumentos legais de planejamento e ordenamento na produção do espaço urbano. Ciência Geográfica,

Bauru, v. XXVII, ed. 1, p. 351-375, 2023. DOI
<https://doi.org/10.57243/26755122.XXVII1019>. Disponível em:
https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVII_1/agb_xxvii_1_web/agb_xxvii_1-19.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

ANEXOS

Perguntas feitas aos moradores da ocupação 9 de Julho:

1. Quantos anos você tem?
2. Há quanto anos mora na Ocupação 9 de Julho ?
3. Quais os principais motivos para ter entrado no MSTC?
4. Quais os pontos positivos de morar aqui?
5. Quais os maiores problemas de morar na ocupação?
6. Quantas pessoas vivem em sua residência?
7. Quantos cômodos têm em sua residência?
8. Está trabalhando?
9. Com o que?
10. Quanto tempo leva até o trabalho?
11. Você utiliza os lugares do centro? Se sim, quais?
12. É filiado em algum partido político?

Perguntas feitas aos visitantes da Ocupação 9 de julho:

1. Quantos anos você tem?
2. Qual sua escolaridade?
3. Em que bairro você mora?
4. Quanto tempo você leva para chegar aqui?
5. Como conheceu a ocupação?
6. O que mais gosta na ocupação?
7. O que você acha mais importante na ocupação?
8. É filiado ou tem proximidade com algum partido ou movimento?